

FORTALECENDO O ALCANCE E O IMPACTO DOS MOVIMENTOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

RELATÓRIO FINAL

SÃO PAULO
2025



ENCONTRO NACIONAL





ENCONTRO REGIONAL BA



ENCONTRO REGIONAL RJ



ENCONTRO REGIONAL BA




PAREM
MATA
NOSSOS FI

FORTALECENDO O ALCANCE E O IMPACTO DOS MOVIMENTOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL



RELATÓRIO FINAL

SÃO PAULO

2025

FICHA TÉCNICA

RELATÓRIO FINAL DO PROJETO "FORTALECENDO O ALCANCE E O IMPACTO DOS MOVIMENTOS DE DIREITOS HUMANOS NO BRASIL"

EQUIPE RESPONSÁVEL PELO PROJETO:

EQUIPE CONECTAS:

Carolina Diniz
Laiane Luz
Susana Barbery

EQUIPE DE PESQUISADOR(AS)ES DO CAAF/UNIFESP:

Ailton Aparecido Moreira Martins
Aline Lucia de Rocco Gomes
Débora Maria da Silva (Coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio)
Javier Amadeo
Raiane Patrícia Severino Assumpção
Thiago Teles e Telles
Valeria Aparecida de Oliveira Silva

EQUIPE DE PESQUISADORAS SOCIAIS DOS MOVIMENTOS DE MÃES:

Edna Carla Souza Cavalcante (Movimento de Mães da Periferia/CE)
Ilana Maria Bezerra da Silva (Movimento de Mães da Periferia/CE)
Margarete Telles (Movimento Independente Mães de Maio - BS/SP)
Nívia do Carmo Raposo (Movimento de Mães e Familiares de Vítimas da Violência Letal do Estado e Desaparecidos Forçados - BF/RJ)
Rute Silva Santos (Movimento Mães de Maio do Nordeste/BA)
Silvana dos Santos (Movimento Mães de Maio do Nordeste/BA)
Sonia Bonfim Vicente (Movimento de Mães e Familiares de Vítimas da Violência Letal do Estado e Desaparecidos Forçados - BF/RJ)

FACILITADORA DO WORKSHOP EM PRODUÇÃO DE MATERIAL AUDIOVISUAL

Angela Torresan - Pesquisadora da Universidade de Manchester

ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:
Aline Lucia de Rocco Gomes
Valeria Aparecida de Oliveira Silva
Laiane Luz

COORDENAÇÃO E REVISÃO:
Débora Maria da Silva
Raiane Patrícia Severino Assumpção
Carolina Diniz
Marcos Fuchs

REVISÃO LINGUÍSTICA:
INSTITUTO SOLARE - Kyalene De Mesquita Dos Santos

REVISÃO
Elizandra Souza

EDIÇÃO, ILUSTRAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO:
Silvana Martins Costa (Estúdio Aruêra)
Pedro Gabriel Nascimento

TRADUÇÃO (VERSÃO EM ESPANHOL):
MISIARA TRADUÇÕES
Luis Henrique Cavalcante Alves De Medeiros Misiara

ANO DE PUBLICAÇÃO:
2025

LOCAL:
Brasil

CONTATO:
debi1977@gmail.com
@movimentomaesdemaio

FINANCIAMENTO:
Fundo das Nações Unidas para a democracia/ UNDEF – de acordo com o edital de fomento da 16ª Rodada de Financiamento (2021).

DIREITOS AUTORAIS:
Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF - UNIFESP)
Movimento Independente Mães de Maio.

CITAÇÃO RECOMENDADA:
Relatório final do Projeto “Fortalecendo o Alcance e o Impacto dos Movimentos de Direitos Humanos no Brasil”. Brasil. Movimento Independente Mães de Maio. 2025.

Este relatório integra o escopo do projeto financiado pelo Fundo das Nações Unidas para a democracia/UNDEF – de acordo com o edital de fomento da 16ª Rodada de Financiamento (2021). Foi elaborado por Aline Rocco (pesquisadora do CAAF/Unifesp); Laiane Luz (Assessora de Enfrentamento à Violência Institucional da Conectas Direitos Humanos) e Valéria de Oliveira (pesquisadora do CAAF/Unifesp) sob as orientações e contribuições da Profa. Dra. Raiane Assumpção (pesquisadora do CAAF/Unifesp), da Debora Maria da Silva (Movimento Mães de Maio) e Carolina Diniz (Conectas Direitos Humanos).

O projeto teve início em setembro de 2023 e foi desenvolvido em parceria com a Conectas Direitos Humanos, implementadora e gestora dos recursos; o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense - CAAF da Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP; e o Movimento Independente Mães de Maio, articulador junto aos movimentos de mães e familiares de vítimas participantes nos estados do Rio de Janeiro/Baixada Fluminense, Bahia/Salvador e Ceará/Fortaleza.

SUMÁRIO

12 INTRODUÇÃO

14 1. A LUTA E A RESILIÊNCIA DAS MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DE ESTADO: ATIVISMO E DEMOCRACIA.

17 1.1. A PROPOSTA DO PROJETO: FORTALECER OS MOVIMENTOS DE MULHERES/MÃES

22 2. PROCESSOS FORMATIVOS EM OFICINAS: REFLEXÃO, AÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

24 2.1 OFICINAS DE PRODUÇÃO EM AUDIOVISUAL: COMO PRODUZIR UM VÍDEO COMO PRÁTICA POLÍTICA

26 2.2. OFICINAS OPERACIONAIS: FORTALECENDO O CONHECIMENTO

30 3. OS ENCONTROS: PROCESSOS FORMATIVOS E TROCAS DE EXPERIÊNCIAS

32 3.1. ENCONTRO NACIONAL (DIAS 22, 23, 24 E 25)

40 3.2. I ENCONTRO REGIONAL – SÃO PAULO/BAIXADA SANTISTA

43 3.3. II ENCONTRO REGIONAL – FORTALEZA/CEARÁ

48 3.4. III ENCONTRO REGIONAL – RIO DE JANEIRO/ BAIXADA FLUMINENSE

52 3.5. IV ENCONTRO REGIONAL – SALVADOR/BAHIA

61 3.6. ENCONTRO INTERNACIONAL: CONECTANDO AS LUTAS POR JUSTIÇA

68 4. MEMÓRIA DOS MOVIMENTOS: A PRODUÇÃO DOS ACERVOS
70 4.1 A CONSTRUÇÃO DO ACERVO DAS MÃES E FAMILIARES DO PROJETO

76 5. EM BUSCA DE RESULTADOS: MISSÃO À BRASÍLIA
78 5.1. CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA MISSÃO

84 6. DIVULGANDO A VOZ DAS MÃES
87 6.1. IMPACTO E REPERCUSSÃO NAS REDES SOCIAIS

90 7. EXPERIÊNCIAS VIVIDAS: COM A PALAVRA AS MÃES DE REFERÊNCIA
92 DÉBORA SILVA - Movimento Independente Mães de Maio/BS-SP
93 EDNA CAVALCANTE - Movimento de Mães da Periferia/CE
95 NÍVIA RAPOSO - Movimento de Mães e Familiares de Vítimas da Violência Letal do Estado e Desaparecidos Forçados/RJ

100 CONSIDERAÇÕES FINAIS

104 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INTRODUÇÃO

As práticas discriminatórias da polícia e a falta de acesso à justiça excluem grande parte da população de seus plenos direitos de cidadania, o que compromete a aplicação efetiva do Estado de Direito. Estatisticamente, jovens negros de periferia são as principais vítimas da violência estatal brasileira. Mortes praticadas pelo Estado deixam um rastro de devastação em famílias e comunidades. Muitas dessas famílias, ao lutarem por justiça, acabam ainda se tornando, também, vítimas diretas da criminalização e outras violências do Estado.

Este projeto foi idealizado coletivamente com um objetivo principal: fortalecer os movimentos de mães e familiares de vítimas da violência policial na luta por memória, justiça e não repetição. A partir do compartilhamento de saberes entre familiares e entre a academia e sociedade civil, pretende-se que novas estratégias sejam desenvolvidas e implementadas, autonomamente, por coletivos de familiares, na luta contra o terror do Estado.

O projeto foi realizado a partir de parceria entre o Movimento Independente Mães de Maio, articulado com outros movimentos nos estados do Rio de Janeiro, Bahia e Ceará; a equipe de pesquisadoras vinculadas ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); e a Conectas Direitos Humanos.

A partir da liderança dos movimentos de familiares, as atividades do projeto foram desenvolvidas em três frentes estruturais: : 1) antropologia forense, direitos humanos, estratégias de *advocacy*; 2) produção de vídeos de antropologia visual e 3) constituição de acervo.

O planejamento das três frentes de atuação partiram de um mesmo princípio: usar a formação, a organização, a reconstrução da memória e a produção de materiais como ferramentas para fortalecer o vínculo entre as participantes dos movimentos de mães e familiares de vítimas da violência estatal no Brasil e potencializar suas lutas.

Este relatório de projeto e pesquisa é o resultado do esforço de sistematização do processo vivido, para que as participantes possam resgatar o percurso de formação, bem como que esta experiência possa servir de inspiração a outros movimentos sociais, à academia e a organizações não

governamentais. Na medida que as atividades do projeto eram executadas, eram realizados registros com relatoria do processo vivido, fotografias, gravações em vídeo ou áudio, que foram enviados ao financiador do projeto, e arquivados. Foi a partir deste material que as equipes de pesquisadoras do CAAF/Unifesp, Aline Rocco e Valéria de Oliveira e a Laiane Luz da Conectas Direitos Humano, elaboraram a estrutura e escrita deste relatório.

Assim, este projeto buscou reforçar uma premissa fundamental: a produção do conhecimento desenvolvido em um trabalho conjunto a partir da experiência das mulheres/mães que tiveram seus filhos e filhas mortos pela violência do estado na luta por memória e justiça. Essa luta deve ser valorizada e reconhecida como essencial para implementar um Estado democrático eficaz e baseado no Estado de Direito.

CAPÍTULO 1



A LUTA E A RESILIÊNCIA DAS MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA DE ESTADO: ATIVISMO E DEMOCRACIA

Em meio às contradições da democracia brasileira, emerge uma das formas mais pungentes de resistência social: os movimentos de mães e familiares de vítimas da violência policial. Esses grupos, como o *Movimento Independente Mães de Maio*, transformam o luto em luta, mobilizando a dor como força política e coletiva.

Maria da Glória Gohn (1997, 2017) define os movimentos sociais como formas de ação coletiva que emergem da sociedade civil com o objetivo de transformar estruturas sociais, políticas ou culturais. Eles não se limitam a reivindicações econômicas — são também expressões de identidade, cidadania e resistência.

No caso das mães e familiares de vítimas da violência de Estado, essa resistência é visceral: ela nasce da perda irreparável de filhos mortos por agentes do Estado, muitas vezes em ações marcadas por racismo, criminalização da pobreza e impunidade. Essas mulheres, em grande maioria negras e periféricas, enfrentam não apenas o silêncio institucional, mas também o adoecimento físico e emocional causado pela ausência de justiça. Ainda assim, elas se organizam em coletivos, ocupam espaços públicos, denunciam abusos e exigem políticas de reparação. A maternidade, nesse contexto, torna-se símbolo de resistência: um corpo político que desafia a lógica da necropolítica[1] e reivindica memória, verdade e justiça.

Ainda segundo Gohn (2022), essa resistência vai além da simples oposição ao Estado. Trata-se de uma ação coletiva consciente que revela uma dimensão profunda da democracia: aquela que não se limita ao voto, mas se constrói na participação ativa dos sujeitos sociais, buscando transformar realidades injustas e ampliar os espaços de cidadania.

Para essa autora, no contexto latino-americano, a resistência surge como resposta às múltiplas formas de exclusão — econômica, política, cultural e territorial. Os sujeitos sociais que protagonizam essa resistência não são apenas vítimas do sistema, mas agentes ativos de mudança, que constroem alternativas e desafiam as narrativas dominantes.

Em tempos de retrocesso democrático e avanço de discursos e práticas autoritárias, a resistência dessas mães é um farol ético. Elas nos lembram que a democracia só se sustenta quando reconhece e protege seus cidadãos mais vulneráveis. E que a luta por justiça é, também, uma luta pela humanidade.

[1] Por necropolítica tomamos o conceito de Achille Mbembe (2003) que afirma ser a "subjugação da vida ao poder da morte".

1.1. A PROPOSTA DO PROJETO: FORTALECER OS MOVIMENTOS DE MULHERES/MÃES

Para entender o alcance das ações implementadas pelos movimentos de mulheres/mães participantes deste projeto como potenciais transformadoras das narrativas elaboradas pelo braço armado do Estado, é importante primeiro compreender as formas de atuação dos movimentos sociais.

Neste contexto, o convite para a participação no projeto ocorreu por meio da articulação do *Movimento Independente Mães de Maio*, conduzido por Débora Silva, fundadora e coordenadora do coletivo, criado na Baixada Santista (São Paulo) em maio de 2006, após as violentas ações da Polícia Militar contra civis moradores das periferias paulistas, entre eles seu filho Edson Rogério, assassinado naquela ocasião.

Após quase 20 anos desde os fatos ocorridos, a articulação com os movimentos de mães nos demais estados tem proporcionado ações conjuntas que buscam o fortalecimento de suas bases, para alcançar a justiça tão desejada em memória de seus filhos/as brutalmente retirados do convívio familiar.

Como referência dos movimentos de mães e familiares, participaram neste projeto lideranças dos seguintes movimentos:

- **Débora Silva** - Pelo *Movimento Independente Mães de Maio* (São Paulo/Baixada Santista)
- **Nívia Raposo** - Pelo *Movimento das Mães e Familiares vítimas da violência letal do Estado e desaparecidos forçados* (Rio de Janeiro/Baixada Fluminense).
- **Rute Fiuza** - Pelo *Movimento Mães de Maio do Nordeste* (Bahia/Salvador).
- **Edna Cavalcante** - Pelo *Movimento de Mães da Periferia* (Ceará/Fortaleza).

Para efeito de memória, é preciso ressaltar os motivos pelos quais cada uma dessas mães de referência passou a lutar por justiça.

Na Baixada Fluminense (Rio de Janeiro) Nívia Raposo passou a integrar as ações dos movimentos de mães e familiares em 2015, quando seu filho, Rodrigo

Tavares, foi morto na porta de sua casa por grupos considerados paramilitares (policiais militares integrantes de milícias) em Nova Iguaçu (Rio de Janeiro).

Em Salvador (Bahia), Rute Fiuza iniciou sua busca por justiça em outubro de 2014, quando seu filho Davi Fiuza, foi abordado e levado por policiais. Ele nunca mais foi visto. Na busca por justiça, Rute tornou-se uma referência nacional na luta contra os desaparecimentos forçados e fundou o Movimento Mães de Maio do Nordeste.

A Chacina do Curió, ocorrida em 2015 em Fortaleza (Ceará), tornou-se um caso emblemático de repercussão nacional. Nela, 11 jovens foram mortos em uma ação indiscriminada da polícia militar. Entre as vítimas estava Álef Cavalcante, filho de Edna Cavalcante. Desde então, Edna se dedica à luta por justiça, tendo contribuído para a organização do Movimento de Mães do Curió e, posteriormente, fundado o *Movimento de Mães da Periferia*, que acolhe mulheres/mães de vítimas das mais diversas violências de Estado.

Essas mulheres/mães são consideradas "referências" nos movimentos por sua atuação em acolher e integrar outras mães e familiares. Elas implementam ações de enfrentamento à violência policial, impulsionadas pela própria inserção na luta após a morte de seus filhos/as. Para elas, ser "mãe de referência" é diferente da chamada "liderança", pois não se consideram líderes. Ser referência na luta implica, antes de tudo, estar na mesma condição das outras mulheres/mães que elas acolhem e orientam. O objetivo é chamá-las à participação e ao compromisso, para que busquem, juntas e unidas, a justiça e a responsabilização do Estado pela morte de seus filhos/as.

Além de articular esses movimentos sociais entre os diferentes estados, este projeto possibilitou o fortalecimento da incidência social nos seus próprios territórios, articulando com a universidade, e com instituições da sociedade civil que atuam em defesa dos Direitos Humanos.

A premissa para implementar esse trabalho foi o compartilhamento dos saberes diversos: científico, jurídico e das experiências cotidianas. Em vista disso, este projeto estruturou-se na parceria conjunta alinhando conhecimento prático aos saberes teóricos, considerando as mães de referência dos movimentos como mães pesquisadoras sociais, conforme consta:

> *"Por pesquisadoras sociais aqui definimos como sendo aquela que lida com seres humanos, que é possuidora de notório e genuíno saber, ou seja, que detém um conhecimento*

> *legítimo e que não pode ser refutado ou contestado porque foi adquirido a partir de suas experiências diante da realidade social enquanto dinâmica própria da vida individual e coletiva, em um conjunto de expressões humanas constantes nas estruturas, nos processos, nos sujeitos, nos significados e nas representações." (ASSUMPÇÃO, et.al, 2024, p. 19)*

Sendo assim, é importante lembrar que o envolvimento entre as mulheres/mães de referência dos movimentos e a equipe de pesquisadoras do CAAF/UNIFESP – Aline Rocco, Profa. Raiane Assumpção e Valéria de Oliveira – ocorre há treze anos, a partir da aproximação e construção de atividades conjuntas. Além do apoio em ações de intervenção protagonizadas pelos movimentos de mães, em 2016[2] foi firmada a primeira proposta de pesquisa conjunta entre a universidade e o movimento social por meio de projeto vinculado ao CAAF/UNIFESP.

A partir dessa experiência, foi desenvolvida uma metodologia de trabalho conjunto que envolve o respeito aos saberes dessas mulheres/mães – adquirido nos anos à frente dos movimentos em busca de justiça e reparação – e o saber científico produzido no âmbito acadêmico, possibilitando uma construção horizontal, transparente e coletiva.

Desse trabalho conjunto, fundamentado no diálogo frequente sobre as demandas, foi possível construir o conceito de *"pesquisadoras sociais"*. Esse conceito, por sua vez, fundamentou a elaboração de outro projeto de pesquisa em 2022[3] a partir do diálogo e a sistematização dessas experiências conjuntas. Como afirma Assumpção (2009), essa metodologia possibilita compreender a realidade por meio de novos conhecimentos, abordando dimensões do real e do concreto que não são contempladas pelas abordagens positivistas da ciência. A autora afirma que, com o surgimento de novos paradigmas, essa construção passa a incorporar tanto a subjetividade quanto a racionalidade que impulsionam as práticas sociais. Essa perspectiva valoriza as múltiplas formas de conhecimento dos sujeitos — que envolvem a razão, a intuição e a cultura — e defende a importância de valores universais, sempre com o compromisso ético como fundamento. (p. 150)

[2] Para ver o relatório completo da pesquisa "Violência de Estado no Brasil: uma análise dos Crimes de Maio de 2006 na perspectiva da antropologia forense e da justiça de transição", consultar: https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/49828

[3] Para ver o relatório completo da pesquisa "Vozes da Dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de Estado no Brasil", consultar: https://hdl.handle.net/11600/71435

Essa referência teórica parte da discussão de Paulo Freire (2000) sobre uma educação problematizadora, crítica e consciente. Assumpção (2009) aprofunda essa visão ao apontar que somos sujeitos incompletos e:

> *A educação tem um grande potencial nessa perspectiva da construção dos sujeitos (a busca do completar-se) ao possibilitar que homens e mulheres redescubram, por meio de outras abordagens, óticas e dimensões, o que já sabiam e, assim, aprendam o que não conheciam. Esse aprendizado deve ser desenvolvido na perspectiva de que os educadores e os educandos atuem na realidade em que vivem, transformando-a conforme as demandas apresentadas e tendo como referência princípios éticos e humanizadores: vigência da democracia, justiça social, sustentabilidade e respeito à diversidade (gênero, etnia, idade etc.). (ASSUMPÇÃO, 2009, p. 151).*

Nessa perspectiva, a adoção do referencial teórico-metodológico da educação popular permitiu apreender a realidade vivida pelos sujeitos envolvidos no processo. O aprendizado ocorre de forma mútua e dialógica — cada um aprendendo com o outro e todos entre si. Esse intercâmbio, promove ações que revelam suas visões de mundo por meio de práticas diversas com o objetivo de estimular reflexões coletivas sobre questões concretas da realidade. Tais reflexões contribuem para a construção conjunta do conhecimento, fundamentada na práxis (ação-reflexão-ação), visando a conquista da autonomia e a transformação pessoal e social. Essa concepção fortaleceu a construção compartilhada de saberes dentro da abordagem da pesquisa-ação ao valorizar as vozes das mulheres/mães de referência como pesquisadoras sociais. (ASSUMPÇÃO, et.al, 2024, p. 22).



ENCONTRO REGIONAL CE



ENCONTRO NACIONAL

CAPÍTULO 2



PROCESSOS FORMATIVOS EM OFICINAS: REFLEXÃO, AÇÃO E TRANSFORMAÇÃO

2.1. OFICINAS DE PRODUÇÃO EM AUDIOVISUAL: COMO PRODUZIR UM VÍDEO COMO PRÁTICA POLÍTICA

Dois dos principais elementos que estão presentes na luta feita pelos movimentos sociais reunidos neste projeto são: a memória e a denúncia. A mídia hegemônica, no entanto, raramente garante espaço para essas narrativas de denúncia da violência estatal sob a ótica dos seus familiares e comunidades. Para que suas reivindicações de direitos e memória ganhem materialidade, é fundamental o apoio de uma comunicação ativista capaz de registrar e mobilizar a presença desses coletivos no mundo.

Nesse sentido, a proposição de uma formação audiovisual das mães pesquisadoras sociais foi concebida como prática colaborativa e emancipatória, visando capacitá-las tecnicamente na utilização das câmeras de seus próprios aparelhos celulares, não apenas como ferramenta de registro e denúncia, mas como meio de expressão política e (re)humanização.

Na cobertura midiática popular as vítimas desse tipo de violência e as suas famílias são frequentemente desumanizadas, transformadas em estatísticas frias ou em narrativas construídas para justificar a atuação dos responsáveis. Partindo da perspectiva de que a violência de Estado não elimina apenas o corpo, para as mães e familiares é preciso buscar estratégias para impedir que sejam silenciadas as histórias que as vítimas carregavam para que não apaguem as suas identidades.

Isso posto, a formação em audiovisual teve início com uma oficina presencial em São Paulo, realizada entre 18 e 22 de março de 2024 e ministrada por Angela Torresan, pesquisadora e professora de antropologia visual da Universidade de Manchester. O encontro reuniu representantes dos quatro estados: São Paulo (Débora Silva e Margarete Teles), Rio de Janeiro (Nívia Raposo e Sônia Bonfim), Bahia (Rute Santos e Silvana dos Santos) e Ceará (Edna Cavalcante e Ilana Maria).

A escolha da oficina de audiovisual neste contexto não foi meramente técnica, mas também uma ferramenta de agência política. O objetivo dessa oficina foi, portanto, compartilhar com as mães pesquisadoras sociais ferramentas para registrar e produzir essas narrativas em um movimento de fortalecimento da identidade e reconstrução da memória.

A estrutura do workshop foi cumulativa e interativa, combinando instrução

técnica, exercícios práticos, visualização coletiva e reflexão crítica. Cada dia introduziu um novo foco temático baseado em antropologia visual e cinema documental, acompanhado de exercícios práticos em grupo que permitiam às mães/mulheres participantes experimentar imediatamente os conceitos discutidos.

Cada dia da oficina foi estruturado em torno de temas específicos da produção audiovisual. O primeiro contato foi com a familiarização técnico-prática — aprender a gravar, organizar o material e rever coletivamente os exercícios. Em seguida, exploramos a linguagem do cinema de observação, onde as participantes praticaram observar e filmar cenas do cotidiano de forma atenta e sensível. Posteriormente, dedicamos um dia à cinematografia do testemunho, em que cada uma experimentou registrar falas e relatos em vídeo, colocando em primeiro plano a palavra e a experiência vivida. Outro momento importante foi o exercício com a "linguagem dos sentidos", voltado a estimular a criação de imagens que fossem capazes de evocar sensações e afetos. No último dia, trabalhamos a integração dessas três abordagens — observação, testemunho e sentidos — em narrativas audiovisuais mais completas.

As participantes foram divididas em pequenos grupos e receberam sua primeira tarefa de filmagem, projetada para familiarizá-las com o potencial e as limitações do equipamento e desenvolver habilidades básicas de enquadramento e sequenciamento. As tardes foram dedicadas à revisão coletiva das filmagens, permitindo feedback técnico e discussão das experiências das participantes.

O aprendizado não terminou em São Paulo. A partir dessa base, seguimos com oficinas online mensais, nas quais as mulheres compartilharam seus primeiros exercícios, refletindo sobre dificuldades técnicas e narrativas, e recebendo retorno coletivo. Além disso, realizamos encontros específicos com cada grupo estadual para aprofundar as discussões sobre os vídeos curtos a serem produzidos, desde a definição do tema e das personagens até o planejamento das filmagens.

As oficinas online, realizadas via plataforma Zoom, foram concebidas como uma continuação do processo de formação audiovisual iniciado em São Paulo em março de 2024. Essas sessões virtuais mantiveram o espírito colaborativo e politicamente engajado do trabalho presencial, oferecendo um espaço estruturado e acolhedor para desenvolvimento técnico, troca criativa e solidariedade emocional.

Como base metodológica, utilizamos a abordagem de MacDougall (2006), que destaca a capacidade do audiovisual de transmitir a "textura sensorial e afetiva" da vida social, indo além da mera ilustração. Na prática, isso significa que as imagens produzidas pelas participantes se tornaram uma forma de aprendizado baseado nas relações e no propósito compartilhado da luta. As oficinas promoveram um processo coletivo de criação, no qual a câmera se tornou uma ferramenta de expressão, colaboração e engajamento crítico mútuo.

O processo de edição constituiu a etapa final e decisiva. Sob a coordenação de Ailton Martins, jornalista e ativista, colaborador do Movimento Independente Mães de Maio na Baixada Santista/SP e pesquisador pelo CAAF/Unifesp, as mães-pesquisadoras acompanharam de perto a montagem, revisando cortes, sugerindo alterações e participando das escolhas estéticas. Essa participação garantiu que a edição fosse também um espaço de criação coletiva, mantendo o protagonismo das autoras na construção dos filmes.

Ao final, cada curta resultou da soma de várias etapas: a apropriação da câmera de celular como instrumento político, a prática contínua de linguagens audiovisuais, a troca entre grupos de diferentes estados e a montagem colaborativa.

Mais do que aprender a filmar, as mães-pesquisadoras puderam construir uma proposta coletiva de modo a transformar a experiência da perda e da luta por justiça em imagens potentes, capazes de circular em diferentes espaços públicos para fortalecer redes de memória e resistência.

2.2. OFICINAS OPERACIONAIS: FORTALECENDO O CONHECIMENTO

Conforme o conhecimento foi sendo compartilhado por meio da pesquisa-ação e da pesquisa participante, uma demanda surgiu a partir da proposta de criar um acervo dos movimentos: como operacionalizar os arquivos virtualmente. As maiores dificuldades das mães de referência/pesquisadoras eram conhecer as ferramentas disponíveis nas plataformas, como, por exemplo: Google (Docs e Drive), Canva, entre outras.

Nesse sentido, foi proposto que se realizassem concomitantemente oficinas operacionais e oficinas sobre o acervo. A primeira teve como objetivo fortalecer o conhecimento das mães de referência sobre o acesso às plata-

formas; a segunda, possibilitar que, a partir do conhecimento adquirido, elas pudessem compreender os métodos de arquivamento dos materiais com vistas à organização do acervo.

Desse modo, foi possível realizar as oficinas operacionais (tanto pelo celular quanto pelo computador) com os seguintes temas:

- E-mails (recebimento/envio)
- Agenda Google (como acompanhar)
- Google Meet (como criar evento)
- Google Forms (como preencher)
- Currículo Lattes (como acessar e alimentar)
- Editor de texto (Google Docs/Word) (como criar/editar)
- Assinaturas (GOV.br, digital)
- Planilhas (Google Sheets/Excel) (como criar planilha básica)
- Drive (como acessar, criar pastas, upload de documentos etc.)

Essas oficinas foram realizadas virtualmente entre os meses de março e julho de 2025, através da plataforma Google Meet e ministradas por Aline Rocco e Valéria de Oliveira (pesquisadoras do CAAF/Unifesp). Participaram das oficinas as mães de referência nos estados e as mães de apoio integrantes dos movimentos nos estados e participantes do projeto – Ilana Maria Bezerra/CE, Sonia Bonfim (RJ), Silvana dos Santos/BA e Margarete Telles/SP.

Compreendemos a importância de oferecer essas oficinas para garantir maior autonomia nos encaminhamentos das ações dos movimentos sociais articulados por essas mulheres. Em um mundo cada vez mais conectado, dominar as funcionalidades das principais ferramentas digitais deixou de ser um diferencial e passou a ser uma necessidade. Para as participantes do projeto, tornou-se uma oportunidade valiosa para ampliar competências, otimizar rotinas e promover a inclusão digital das mulheres/mães.

Essas oficinas criaram espaços de aprendizagem colaborativa, onde as participantes puderam desenvolver habilidades como: navegar com eficiência, organizar e compartilhar arquivos no Google Drive, gerenciar e-mails e compromissos em agendas digitais, importantes atividades para ampliar e aprimorar o trabalho que elas realizam.

Outra questão fundamental foi aprender a configurar corretamente as plataformas, com dicas sobre a proteção de dados, bem como manter os arquivos acessíveis e bem estruturados. Dessa forma, o conhecimento adquirido nas atividades das oficinas proporcionou às participantes meios de explorar novas possibilidades, buscar resolver problemas e adaptar-se às demandas tecnológicas do cotidiano.

Durante esses encontros foi possível trocar experiências reais com o que estava sendo aprendido, pois o ambiente favoreceu o diálogo, permitindo que dúvidas fossem esclarecidas e diferentes formas de uso fossem compartilhadas. Assim, o incentivo ao domínio dessas ferramentas possibilitou à essas mães/mulheres automatizar tarefas, melhorar a comunicação e facilitar o trabalho em grupo.

Além do desenvolvimento técnico, as oficinas foram especialmente importantes, pois as formações tornaram-se uma forma de investir em si mesmas, ampliando horizontes e fortalecendo a capacidade de atuar com confiança e competência no universo digital.



ENCONTRO REGIONAL CE



MISSÃO À BRASÍLIA



ENCONTRO REGIONAL SP

CAPÍTULO 3



OS ENCONTROS: PROCESSOS FORMATIVOS E TROCAS DE EXPERIÊNCIAS

3.1. ENCONTRO NACIONAL - SÃO PAULO

Conforme o escopo do projeto, o Encontro Nacional de mães e familiares de vítimas da violência do Estado, foi realizado entre os dias 22 e 25 de março de 2024. O evento foi organizado por Aline Rocco e Valéria de Oliveira (CAAF/Unifesp), Laiane Luz (Conectas Direitos Humanos) contando com o apoio institucional de Yara Marques (PROEC/Unifesp) iniciando na tarde do dia 22 de março, no Anfiteatro Leitão da Cunha, da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com uma sessão aberta ao público que reuniu diversas autoridades e representantes institucionais.

O primeiro dia do encontro teve como objetivo realizar o lançamento público do projeto, promovendo um espaço de diálogo e articulação entre movimentos sociais, pesquisadores, acadêmicos e instituições públicas. Este momento marcou o início de quatro dias de atividades voltadas para o fortalecimento dos movimentos sociais, configurando-se como um momento estratégico de diálogo e de reafirmação do compromisso dos ministérios e autoridades públicas com a defesa dos direitos humanos e o enfrentamento das violações sistêmicas.

A abertura do evento contou com uma mesa composta por convidadas/os para o lançamento do Projeto **"Fortalecendo o alcance e o impacto dos movimentos de direitos humanos no Brasil"** pela ordem participaram da mesa: Profa. Dra. Raiane Assumpção (Reitora da Unifesp), Sandra Bazzo (Representante do Ministério das Mulheres), Dr. Gabriel Sampaio (Diretor de Litigância e Incidência da Conectas Direitos Humanos), Dr. Morris Tidball-Binz (Relator Especial da ONU sobre Execuções Sumárias Extrajudiciais ou Arbitrárias), Débora Maria da Silva (Coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio/SP), Nívia do Carmo Raposo (Representante do Movimento de Mães e familiares de vítimas da violência letal do Estado/RJ), Samira Bueno (Diretora Executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública), Aisha Agata e Angela Pires (Representantes do Escritório Regional para a América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos – ACNUDH ROSA).

Na sequência, foi chamado ao púlpito o Prof. Dr. Javier Amadeo (pesquisador do CAAF/Unifesp) para a apresentação da proposta que busca contribuir para o pleno acesso ao Estado de Direito das famílias das vítimas da violência estatal no Brasil, colaborando para fortalecer seu movimento para que suas demandas por justiça sejam mais amplamente ouvidas e

reconhecidas, garantindo os direitos à verdade, à memória, à justiça e a não repetição.

Após a apresentação dos principais pontos e objetivos do projeto o Prof. Javier Amadeo pronunciou-se afirmando: *"O projeto coloca as mães e seus familiares no centro do processo de capacitação, no centro da produção dos vídeos e que, portanto, tenta construir, digamos, um tipo de relações de construção de conhecimento diferente da forma tradicional como a academia faz"*.

Foram abertos, então, os microfones para as pessoas convidadas apresentarem suas impressões acerca da temática. Iniciando com a reitora da Unifesp, Profa. Raiane Assumpção que entre outras palavras, manifestou-se afirmando que: *"A missão da nossa universidade é formar pessoas, produzir conhecimento e contribuir com o projeto de nação. Então entendemos que articular vários organismos da sociedade civil colocando conhecimento como algo produzido a partir de referenciais teóricos, acúmulo científico e experiência das pessoas é algo que faz muito sentido, porque a gente deseja uma sociedade na qual direitos humanos seja um pressuposto"*.

Débora Maria da Silva, reafirmou em sua fala a importância desta parceria entre diferentes organizações da sociedade na produção de conhecimento, mas, também repudiou a Operação Verão em curso naquele momento na região da Baixada Santista em São Paulo, tal como a ausência de representantes dos ministérios da Justiça, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos naquela ocasião.

Em seguida, Nívia Raposo ressaltou a importância do projeto, cuja premissa foi resumida pelo ditado popular dos movimentos sociais: *"nada sobre nós, sem nós"* afirmando que é esse o princípio que atualmente move essas mulheres e as mantém na persistente luta por justiça e memória. Logo após, o Coral da Unifesp realizou uma intervenção cultural com as canções "Roda Viva" (Chico Buarque) e "Maria, Maria" (Milton Nascimento). As músicas suscitaram reflexões sobre a conjuntura de violência policial vivenciada nas periferias brasileiras.

Após a intervenção, passou-se a palavra para Samira Bueno, que ressaltou a importância de pesquisas que agreguem conteúdo ao monitoramento que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública faz em todo o país. Bueno acrescentou que, embora os números de mortes por ações policiais continuem crescendo, o levantamento de 2022 apontou um dado relevante: nos estados que adotaram o uso das câmeras corporais, o índice de mortes diminuiu.

Por esse motivo, ela ressaltou a importância do apoio da sociedade ao uso de câmeras nas fardas dos agentes de segurança pública. A fala emocionada de Aisha Agata também agregou forte apelo à defesa dos direitos humanos no Brasil, colocando a si própria e a instituição que representa, à disposição dos movimentos de mães e familiares de vítimas da violência estatal.

Na sequência o convidado Dr. Morris Tidball-Binz iniciou sua fala manifestando a dificuldade em expressar-se após as fortes emoções ante a realidade exposta, afirmando que foi uma grande honra o convite para o lançamento do projeto. Ao citar parte da letra da música "Maria, Maria" que diz – "é preciso ter sonho" – o Dr. Morris parabenizou a luta das Mães de Maio no Brasil e a reitora Profa. Raiane, acerca da iniciativa da universidade em fomentar a produção do conhecimento a partir da realidade social. Por fim, apresentou a sua proposta de introduzir às mães ao Protocolo de Minnesota, cuja sessão de apresentação ocorreu nos dias seguintes.

Em seguida, tomou a fala o Dr. Gabriel Sampaio, que ao agradecer a todas e todos os presentes afirmou estar muito emocionado: *"Esse projeto é fundamental porque ele parte de um pressuposto muito básico, que é reconhecer que as pessoas que estão na comunidade, como mães e familiares de vítimas de violência, são capazes de produzir elementos probatórios, que são capazes de produzir narrativas, são capazes de contestar versões criminosas, muitas vezes praticadas por agentes do estado".*

A fala seguinte foi de Sandra Bazzo que se manifestou citando principalmente a questão da violência contra as mulheres e o alto índice de feminicídio no país. Sandra ressaltou a questão da reparação que: *"deverá ser inserida nas pautas que serão apresentadas à ministra Cida Gonçalves como proposta de intervenção e de políticas públicas transversais, que possam abarcar a realidade das inúmeras famílias de vítimas".*

Quebrando o protocolo, a reitora Profa. Raiane pediu a palavra novamente, para reafirmar enquanto representante da instituição (Unifesp), seu agradecimento às pessoas que a antecederam, citando a Profa. Eleonora Menicucci, que atuou como secretária no ministério (na época Secretaria Especial de Políticas e Direitos para Mulheres) e que provocou a universidade à criação do CAAF – Centro de Antropologia e Arqueologia Forense. Raiane também agradeceu ao Prof. Javier Amadeo e ao Prof. Edson Teles, que contribuíram muito com a construção do CAAF. Agradeceu, ainda, ao Prof. Magnus Régius, diretor da EPM – Escola Paulista de Medicina e que coordena o LABI – Laboratório de Identificação Humana do CAAF/Unifesp.

Por fim, colocou a universidade à disposição de parceiros — movimentos sociais e instituições — no Brasil e na América Latina que tenham interesse em construir uma ciência que faça sentido social.

Prosseguindo o evento de lançamento, foi anunciada a apresentação de um vídeo com a fala de Mary Lawlor, Relatora Especial da ONU, sobre a situação de defensores e defensoras de direitos humanos que apontou os diversos desafios que enfrentam as/os defensoras/es dos direitos humanos no mundo e no Brasil, afirmando que vários esforços estão sendo implementados para garantir que essas pessoas possam atuar em segurança e liberdade.

Para encerrar a mesa, Débora Silva emocionada, agradeceu a presença de todas as pessoas dizendo:

> *"[...] Eu acredito que essa missão que meu filho me deu, ela não vai terminar com a minha partida, porque vocês vão continuar essa luta. Mas eu quero dizer para vocês que eu não estou cansada, eu estou adoecida, porque cada menino que cai na Baixada Santista ou no nosso país como um todo, é ver meu filho cair outra vez e isso é torturador. Mas eu jamais vou me curvar para um Estado assassino, ou de mãos assassinas que se alimentam com o sangue e com os corpos dos nossos filhos, e dizer para a nossa sociedade que nós existimos e que vamos resistir parindo um novo Brasi e uma nova sociedade".*

Ainda de microfone em punho, Débora finalizou o evento convidando as pessoas presentes a cantarem o refrão de um hino popular de resistência dos movimentos feministas: *"Companheiras me ajudem, que eu não posso andar só. Eu sozinha ando bem, mas com vocês ando melhor."* Ao iniciar o cântico, foi acompanhada por todas as pessoas presentes. Após esse momento de grande impacto, entre abraços e parabenizações, foi encerrado o primeiro dia de encontro.

Conforme a programação, o segundo dia do Encontro Nacional (23 de março) foi dedicado a uma formação central para os objetivos do projeto: a apresentação do Protocolo de Minnesota. A sessão ocorreu presencialmente na sede da Conectas Direitos Humanos, em São Paulo, e foi ministrada pelo Dr. Morris Tidball-Binz, Relator Especial da ONU sobre Execuções Sumárias Extrajudiciais ou Arbitrárias.

A escolha deste documento foi estratégica para fortalecer o movimento de mães e familiares de vítimas da violência estatal. O Protocolo de Minnesota

é o manual da ONU que estabelece padrões internacionais para a investigação de mortes potencialmente ilegais, incluindo especificamente aquelas causadas por agentes do Estado, como policiais, ou por grupos paramilitares e milícias. Criado em 1991 e atualizado em 2016, o protocolo representa uma ferramenta técnica e legal para a luta das mães, alinhando-se diretamente à busca por justiça, responsabilização e direito à reparação.

O Dr. Tidball-Binz conduziu uma leitura coletiva do documento, fazendo pausas para explicações e, crucialmente, estabelecendo conexões diretas entre as diretrizes do protocolo e a realidade brasileira. A sessão tornou-se um espaço de escuta e troca, no qual o Relator ouviu atentamente os relatos das mães sobre os casos de seus filhos, apropriando suas denúncias no âmbito do direito internacional.

O terceiro dia do Encontro Nacional (24 de março) contou com a realização de duas importantes formações para o desenvolvimento do objetivo deste projeto. As atividades ocorreram na sede da Associação Cultural Recreativa Esportiva Bloco do Beco na Zona Sul de São Paulo, e contaram com a participação das mães de referência e mães de apoio no projeto[4], representantes da Conectas Direitos Humanos e da equipe de pesquisadoras do CAAF/Unifesp.

A primeira atividade da manhã iniciou-se com uma formação intitulada "Antropologia Forense e Perícia" no âmbito dos direitos humanos, ministrada pela convidada Profa. Aline Feitoza, antropóloga forense ao Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF/Unifesp).

O objetivo central dessa atividade foi detalhar os fundamentos técnicos da perícia criminal e oferecer às mulheres/mães pesquisadoras sociais o conhecimento necessário para fortalecer a luta por justiça. A formação teve enfoque teórico e prático, ensinando as participantes a analisar corretamente os documentos oficiais recebidos das autoridades. Durante a aula, explicou-se como a causa da morte é registrada, diferenciando um "caso civil" (morte natural) de uma "morte violenta" (como por "projétil de arma de fogo"), ponto crucial para as denúncias de violência policial.

O objetivo pretendido com esta formação foi instrumentalizar as mães pesquisadoras para a incidência política no sistema de justiça. Ao compreenderem a estrutura de um laudo necroscópico ou de uma Declaração de Óbito, elas deixam de ser receptoras passivas da informação oficial e passam a ser

[4] As mães de apoio às mães de referência no projeto foram citadas no capítulo 2 deste relatório.

fiscalizadoras ativas. A formação abordou o que é a perícia e quem pode realizá-la, explicando a diferença fundamental entre o "Perito Oficial" e "Assistente Técnico" independente, sendo este último um direito facultado às famílias e ao Ministério Público pelo Artigo 159 do Código de Processo Penal[5].

Mais importante que, ao aprenderem sobre o Artigo 159 do Código de Processo Penal, as participantes foram informadas sobre seu direito legal de indicar um "Assistente Técnico" independente para acompanhar os casos, uma ferramenta direta contra a impunidade.

Dentro da apresentação do conteúdo da formação, foi explicada a diferença entre a Medicina Legal (focada em corpos frescos) e a Antropologia Forense (focada em corpos esqueletizados), um conhecimento vital para os casos de desaparecimentos forçados.

A metodologia da antropologia forense foi simplificada para o grupo, baseando-se em três perguntas centrais: "Quem era?", "Como morreu?" e "Quando morreu?". Aline Feitoza explicou que a perícia de identificação é um trabalho de comparação que depende de três etapas principais: a coleta de dados *Antemortem* (informações prévias da vítima), a análise *Postmortem* (análise dos restos mortais) e a análise Genética .

Para conectar a teoria à realidade brasileira, a formação utilizou como estudo de caso principal o trabalho de identificação na Vala Clandestina de Perus, um caso emblemático de investigação de crimes de Estado no Brasil, diretamente ligado a desaparecidos políticos e descrito como um capítulo não encerrado da história brasileira. A investigação da vala, conduzida por um Grupo de Trabalho (GTP) que envolve o CAAF/Unifesp e equipes forenses internacionais, revelou um sistema de ocultação de identidades ao analisar registros da década de 1970.

O caso também expôs como as identificações, mesmo quando realizadas na época, eram ativamente suprimidas dos livros do cemitério, e como os

[5] Quanto à realização da perícia forense consta no Artigo 159 do Código de Processo Penal brasileiro que: "O exame de corpo de delito e outras perícias serão realizados por perito oficial, portador de diploma de curso superior". Inciso 1º - Na falta de perito oficial, o exame será realizado por 2 (duas) pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior preferencialmente na área específica, dentre as que tiverem habilitação técnica relacionada com a natureza do exame. Inciso 2º - Os peritos não oficiais prestarão o compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo. Inciso 3º - Serão facultadas ao Ministério Público, ao assistente de acusação, ao ofendido, ao querelante e ao acusado a formulação de quesitos e indicação de assistente técnico. Inciso 4º - O assistente técnico atuará a partir de sua admissão pelo juiz e após a conclusão dos exames e elaboração do laudo pelos peritos oficiais, sendo as partes intimadas desta decisão. Para outras informações, consultar: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3689.htm

restos mortais foram historicamente armazenados de forma inadequada em ***"caixas de papelão...soltos, a maior parte deles sem nenhuma identificação",*** demonstrando a necessidade da antropologia forense para aplicar uma metodologia científica (*antemortem, postmortem* e genética) na busca por verdade e reparação.

Ao contextualizar a luta das mães brasileiras com a de outros movimentos históricos da América Latina, como as *Madres de la Plaza de Mayo* (Argentina) e o caso dos *43 de Ayotzinapa* (México), a formação com a antropóloga forense Aline Feitoza reforçou o impacto político do trabalho técnico e o seu papel na reparação. Para as mulheres/mães pesquisadoras, compreender a metodologia da identificação e, sobretudo, seu direito legal de indicar um "Assistente Técnico" (conforme o Art. 159) para a perícia, significou a aquisição de um conhecimento antes restrito ao Estado..

A segunda atividade do dia trouxe a capacitação em *Advocacy* (Incidência) e Direitos Humanos, uma formação ministrada por Arquias Sófocles integrante da equipe da Conectas Direitos Humanos. O objetivo foi apresentar às participantes estratégias e ferramentas da incidência internacional na defesa de direitos humanos, demonstrando como os casos brasileiros podem ser levados a fóruns globais e regionais para buscar justiça e responsabilização.

A formação definiu o *advocacy* como uma "estratégia para trazer mudanças políticas, comportamentais ou sistêmicas". Foi introduzido o conceito-chave do *efeito boomerang*: uma tática onde denúncias domésticas que estão bloqueadas (como o pedido de federalização dos Crimes de Maio) são "lançadas" para organismos internacionais, que, por sua vez, pressionam o Estado brasileiro a agir.

Foram apresentados os mecanismos do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH). Um dos destaques dessa apresentação foi o EMLER (Mecanismo Internacional de Peritos Independentes para Promover a Justiça Racial), um órgão criado em 2021 com foco específico em uso excessivo da força e outras violações dos direitos humanos por agentes da lei contra afrodescendentes. Também foram explicados os "Procedimentos Especiais" (Relatores da ONU), que podem ser acionados para apelos urgentes, e os "Órgãos de Tratado", que permitem o envio de queixas individuais.

Durante a atividade, foi detalhado o funcionamento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH) para uma compreensão mais ampla dos cenários possíveis para a incidência política. Foi ressaltado o papel da

Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão da OEA, como a principal porta de entrada para os tipos de denúncias abordadas por essas mães/mulheres pesquisadoras.

A formação usou precedentes históricos, como o Caso Maria da Penha e a Chacina da Favela Nova Brasília, para explicar o funcionamento da incidência internacional. Esses exemplos demonstram como a "tolerância do Estado" e a falha em "processar e punir o agressor" são, em si, violações que podem levar à condenação do Brasil. Essa mesma lógica foi aplicada aos casos centrais das participantes, como a Chacina do Parque Bristol (parte dos Crimes de Maio de 2006), que foi levada à CIDH em 2021.

O impacto pretendido com a formação foi claro: demonstrar às mães participantes que o fracasso da justiça nacional pode não ser o fim da linha. Ao utilizar os precedentes e as ferramentas corretas (petições à CIDH ou denúncias ao EMLER/ONU), a incidência internacional se torna um caminho viável para responsabilizar o Estado brasileiro e lutar pela não repetição desses crimes.

No mesmo dia no período da tarde, o Movimento Independente Mães de Maio lançou a cartilha e o documentário "Escute as Mães de Maio: vamos parir um novo Brasil". O filme conta com gravações feitas em diversos momentos, desde a ida de Débora Silva, uma das fundadoras do Movimento Independente Mães de Maio, ao túmulo do filho em Santos, no litoral paulista, as passeatas em Salvador (BA), trechos de audiências e eventos em que familiares discursaram e entrevistas em que contavam suas dores e dilemas. Já a cartilha é descrita como um "oráculo da luta" a fim de orientar os familiares de vítimas que possam vir a sofrer a perda de um ente querido pelo Estado e que não sabem por onde começar e a quem recorrer. *"Já que falam tanto de nós, que a gente agora fale de nós também, por nós mesmas",* enfatizou Rute Fiuza, do Movimento Mães de Maio do Nordeste, durante o lançamento dessas produções.

O Encontro Nacional foi encerrado na manhã do dia 25 de março, com uma reunião estratégica com todos os integrantes do projeto na sede da Conectas Direitos Humanos. O encontro teve como objetivo o alinhamento e a organização das próximas etapas e atividades do projeto. Na sequência, após definidos os próximos passos, as mães e familiares iniciaram o retorno aos seus territórios para aplicar o aprendizado das atividades localmente.

3.2. I ENCONTRO REGIONAL – SÃO PAULO/BAIXADA SANTISTA

No silêncio das ruas bebem o sangue preto como o mais puro suco do Brasil.
No choro das mães com sede de justiça é servido apenas um copo vazio.
E no sulco da face cheia de pedras escorre um rio.
À margem, ruge uma dor em forma de grito:
Não há hashtag que proteja nossos filhos do fuzil."

(Poeta Sérgio Vaz)

O I Encontro Regional em São Paulo foi realizado em Santos, cidade localizada na Baixada Santista, nos dias 13 e 14 de maio de 2024. O evento ocorreu nas dependências da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), campus Baixada Santista, e teve como temática central "As potencialidades da luta por memória e justiça contra os autoritarismos na democracia brasileira: estratégias de luta do Movimento Independente Mães de Maio".

Toda a programação foi construída conjuntamente entre as pesquisadoras do CAAF/Unifesp Aline Rocco e Valéria de Oliveira, Laiane Luz da Conectas DH, Débora Silva Do Movimento Mães de Maio, mãe líder e referência no estado com apoio de Margarete Telles, integrante do movimento e participante no projeto, desde a escolha da data — no contexto da luta do Movimento Independente Mães de Maio, que completava 18 anos desde os crimes ocorridos em maio de 2006 — até os temas de interesse das mães participantes, considerando a proposta do projeto de fortalecer os movimentos.

O primeiro dia do encontro foi reservado para o acolhimento e escuta das mães participantes, convidadas pela mãe de referência Débora Maria da Silva, com apoio de Margarete Telles, familiar de vítima que também é referência no movimento. As mães que estiveram presentes (cerca de 23 mulheres) tiveram a oportunidade de fazer uma breve apresentação sobre si e sobre o fato que vitimou seu filho/a.

Em seguida, Margarete Telles replicou a formação do Protocolo de Minnesota (ministrada durante o encontro nacional) a todas as mães do território presentes. Ela apontou questões importantes sobre o conteúdo do documento e colaborou para o entendimento sobre os direitos que podem amparar as famílias das vítimas nos processos investigativos.

Dos pontos trazidos sobre a importância do Protocolo, Margarete destacou o objetivo de proteger o direito à vida e promover a justiça, a responsabili-

zação e o direito à reparação. Conforme aprendido anteriormente na oficina com o Dr. Morris Tidball-Binz, a pesquisadora e integrante do *Movimento Independente Mães de Maio* também compartilhou como o documento promove uma investigação eficaz de qualquer morte potencialmente ilegal ou suspeita de desaparecimento forçado.

Para efeitos de aplicação do Protocolo estão previstas situações em que a morte pode ter sido causada por atos ou omissões do Estado, dos seus órgãos ou agentes, ou pode ser imputável ao Estado em violação da sua obrigação de respeitar o direito à vida, como por exemplo:

a) Todas as mortes possivelmente causadas por agentes responsáveis pela aplicação da lei ou outros agentes do Estado;
b) Mortes causadas por grupos paramilitares, milícias ou "esquadrões da morte" suspeitos de agir sob a direção do Estado ou com o seu consentimento ou aquiescência;
c) Mortes causadas por forças militares ou de segurança privadas no exercício de funções do Estado.

Ainda no período da manhã, a convidada Profa. Joana das Flores, docente do curso de Serviço Social da Unifesp, trouxe contribuições sobre os desaparecimentos forçados e o *modus operandi* do Estado. Na parte da tarde, foi aberto um espaço para trocas e reflexões sobre os assuntos abordados, o que gerou excelentes contribuições das mães e familiares participantes.

O segundo dia do encontro em Santos iniciou com a exposição de um vídeo no qual as mães de referência e pesquisadoras do Ceará, Bahia e Rio de Janeiro falaram sobre a importância de sua militância. Após a apresentação, Débora Silva e Margarete Teles conduziram as trocas de experiências, abordando as estratégias de sobrevivência nesse percurso de dor e luta. O Protocolo de Minnesota foi usado como disparador para o diálogo e para as reflexões sobre possibilidades e caminhos de ação.

No período da tarde, como atividade de encerramento, foi realizada uma mesa de debate aberta ao público no saguão da Unifesp/BS, com o título *"As potencialidades da luta por memória e justiça contra os autoritarismos na democracia brasileira: a quem serve negar nossa memória histórica - caminhos do Movimento Mães de Maio até os dias atuais em 18 anos de luto e luta"*.

A mesa contou com a presença de Débora Silva (fundadora do Movimento Independente Mães de Maio), Dr. Gabriel Sampaio (diretor de litigância da Conectas Direitos Humanos), Profa. Dra. Raiane Assumpção (docente da Unifesp e pesquisadora do CAAF) e Yanilda Gonzáles (docente da Escola de Governo de Harvard). O diálogo abordou o projeto de negação da memória histórica — que implica na impunidade e a perpetuação da violência estatal — e os caminhos do *Movimento Independente Mães de Maio* nos 18 anos de luta[6].

A presença de integrantes da comunidade acadêmica, de coletivos de mulheres e ativistas de direitos humanos potencializou o debate. As manifestações dos convidados trouxeram grandes contribuições significativas sobre a atuação do *Movimento Mães de Maio* junto às autoridades brasileiras, sobretudo na defesa de que os casos dos Crimes de Maio de 2006 não prescrevam ao completar 20 anos, conforme previsto em lei.

Nesse contexto, e ainda sobre a luta por memória – que para sempre sejam lembrados os crimes praticados pelo Estado por meio das forças policiais – as pessoas presentes se manifestaram sobre os arquivamentos das investigações dos casos das operações Escudo e Verão, realizadas pelo governo do estado de São Paulo na Baixada Santista entre agosto de 2023 e abril de 2024.

Para encerrar o encontro, foi realizada uma exposição fotográfica que retrata a participação de mulheres/mães em atividades culturais, ações de acolhimento e manifestações coletivas. O evento culminou em um ato simbólico promovido pelo *Movimento Independente Mães de Maio*, marcando os 18 anos dos crimes de maio ainda sem respostas.

Durante o ato, mães ativistas que perderam seus filhos em maio de 2006 entregaram botões de rosas para mães e familiares de vítimas das operações Escudo (2023) e Verão (2024). Para o público presente, distribuíram a cartilha "Escute às Mães de Maio" — resultado de iniciativa anterior coordenada por Débora Silva — como forma de resistência à violência policial e ao arbítrio estatal.

[6] Na ocasião da realização do I Encontro Regional o Movimento Independente Mães de Maio contava com 18 anos de fundação e luta. No contexto deste relatório, ressalta-se que o Movimento completará 20 anos de luta em maio de 2026. Em recente julgamento no Superior Tribunal sobre a não prescrição dos crimes ocorridos em maio de 2006 o voto do ministro Teodoro Silva foi favorável à não prescrição afirmando que "O combate a graves violações de direitos humanos exige que o estado elimine barreiras processuais, garantindo que tais fatos sejam investigados, punidos e reparados. A prescrição, nesse contexto, é incompatível com o dever de assegurar justiça às vítimas". Na ação, o Ministério Público solicitou que o Estado conceda indenizações para vítimas fatais e sobreviventes, bem como acompanhamento psicológico e pedido formal de desculpas. A matéria completa pode ser consultada por meio do link: https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2025/09/04/ministro-do-stj-reconhece-crimes-de-maio-de-2006-como- grave-violacao-de-direitos-humanos-e-vota-contra-prescricao.ghtml

3.3. II ENCONTRO REGIONAL – FORTALEZA/CEARÁ

[...] Assim é essa mulher minha mãe! A mais bonita do mundo.
Plena em sabedoria, que o meu amor neste dia vem cantar,
profunda e sinceramente.
E não hoje somente, mas a minha vida inteira, porque você, mamãe,
é, sem dúvida, a primeira, que reina suavemente dentro do meu coração [...]
(Trecho do poema A heroína de Maria José Resende)

O II Encontro Regional aconteceu em Fortaleza/CE nos dias 11 e 12 de novembro de 2024 nas dependências do Centro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDECA/CE[7], local em que se organizam várias atividades em defesa dos direitos das crianças e adolescentes em Fortaleza, e que também oferece um grande apoio às mães e familiares do *Movimento Mães da Periferia*. Assim como realizado no encontro anterior, este também foi construído em conjunto com as pesquisadoras do CAAF/Unifesp Aline Rocco e Valéria de Oliveira (que participou do encontro presencialmente), Laiane Luz da Conectas DH, Débora Silva mãe líder no projeto (que participou do encontro presencialmente) e a mãe de referência no estado Edna Cavalcante, com Ilana Bezerra integrante do movimento no Ceará e participante como apoio no projeto.

Na programação do encontro, o primeiro dia ficou reservado para um momento de acolhida às mães e familiares participantes no período da manhã. Este encontro contou com a presença de 26 pessoas. Durante o acolhimento, a mãe de referência Edna Cavalcante deu as boas-vindas a todas e todos, com o apoio de Ilana Bezerra e Antônia Costa. Em seguida, ela fez a leitura do poema "*A Heroína*", como forma de homenagear as mães que participaram do encontro.

Após esse momento de forte comoção, foi aberto espaço para as apresentações e escuta das mães e familiares que, uma a uma, falaram seu nome e fizeram um breve relato sobre o caso que vitimou seu filho/a. No momento seguinte, Débora Silva, mãe líder no projeto, apresentou o contexto de sua inserção na luta por justiça e como foi articulada a implementação do pro-

[7] O CEDECA/CE é uma organização da sociedade civil, que atua há 30 anos no Brasil, e que possui abrangência nacional e internacional, em especial na América Latina, em ações relacionadas ao cumprimento de sua missão. O CEDECA Ceará iniciou sua jornada em março de 1994, a partir da necessidade de ter um órgão dedicado à defesa dos direitos de crianças e adolescentes em Fortaleza, em um contexto marcado pela escassa compreensão e aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Para outras informações, acessar: https://cedecaceara.org.br/sobre/

jeto em parceria com as instituições e os movimentos de mães e familiares nos estados. Ela abordou a trajetória dos 18 anos após os crimes de maio de 2006, resgatando a memória da luta por verdade e justiça, e pontuou os avanços e os retrocessos enfrentados com a incidência de outros crimes causados pela violência policial em todo o país.

As atividades no período da tarde tiveram início com a fala de Edna Cavalcante, mãe de referência do projeto em Fortaleza, que fez um resgate da história de fundação do *Movimento de Mães da Periferia*. A princípio, o movimento foi criado por meio de um grupo de mulheres/mães no WhatsApp em 14 de dezembro de 2020, momento pelo qual o mundo passava pela pandemia da COVID-19. Ao criar este grupo, Edna Cavalcante tinha como objetivo acolher não só mulheres/mães de vítimas da violência policial, mas também vítimas de violações diversas (violência doméstica, feminicídio etc.) em situação de vulnerabilidade. Naquele momento, a atuação foi na perspectiva de garantia de direitos sociais (fornecimento de cestas básicas, medicamentos, gás de cozinha etc.). Posteriormente, com o fim da pandemia e o isolamento social, as ações do movimento passaram a ser presenciais, oferecendo estratégias de autocuidado e autoestima e lançando o "Dia da Beleza".

Após sua fala — carregada de determinação e firmeza ao afirmar que "nenhuma mãe, que nenhuma mulher pode ser abandonada sob o jugo de qualquer tipo de violação" — várias mães participantes manifestaram seu reconhecimento pelo acolhimento e carinho que tiveram do Movimento de Mães da Periferia na pessoa de Edna Cavalcante. Entre gratidão, sorrisos e muito afeto, as participantes puderam compartilhar abraços e respeito mútuo pelo trabalho que vem sendo desenvolvido com elas e para elas.

Em seguida, as pessoas presentes foram chamadas para ouvir e acompanhar a apresentação de um tema de muita importância: a defesa de crianças e adolescentes vítimas de abuso infantil.

As convidadas Mellyne e Elayne, psicólogas do Núcleo de Atendimento às Vítimas de Violência – NUAVV[8] falaram sobre a importância da atenção integral às crianças. As psicólogas também afirmaram que a nós cabe a atenção

[8] O NUAVV é um órgão vinculado ao Ministério Público do estado do Ceará. Foi criado para garantir a proteção integral de pessoas em situação de violência, visando acolher as vítimas e fazer Escuta Especializada e Atendimento Psicossocial. Em suas instalações têm dormitório, brinquedoteca e outros ambientes para receber demandas internas e externas de vítimas diretas e indiretas da violência. Em parceria com a rede de proteção, o serviço inclui ainda assistência jurídica, psicológica, social, de segurança, saúde e, se necessário, inserção em programas de proteção a testemunhas e vítimas de crimes. Para mais informações, consultar: https://mpce.mp.br/nucleo-de-atendimento-as-vitimas-de-violencia-nuavv-do-mp-do-ceara-passa-a-funcionar-no-bairro-jose-bonifacio-a-partir-desta-quinta-6/

aos sinais de mudança de comportamento das crianças para detectar abusos sofridos. Acrescentaram que "a violência física e sexual contra crianças na grande maioria dos casos ocorre no âmbito doméstico e que a recorrência deixa marcas profundas se não percebidas a tempo de tomar as devidas providências de proteção". Nesse sentido, afirmaram que existem órgãos de proteção e acolhimento de crianças vítimas de violência, deixando os meios de contato e denúncia desses crimes.

O tema abordado pelas convidadas desencadeou falas dolorosas por parte das mães participantes. Em seus depoimentos, algumas relataram terem sido vítimas de violência na infância, fatos esses que causaram grandes problemas ao longo de suas vidas e que foram agravados pelos crimes ocorridos contra seus filhos/as.

A escolha pela temática foi importante no sentido de obterem informações sobre a rede de proteção, refletirem sobre as causas dessa violência e, principalmente, sobre os modos de prevenção. Foi importante, ainda, para reafirmar a essas mulheres/mães que elas não estão sozinhas e que existem problemas em comum entre elas, que acarretam ainda mais insegurança e violações. Contudo, o mais importante foi pontuar que os ciclos de violência devem ser rompidos e que isso depende de cada uma de nós, por meio de ações educativas para a não violência.

Em continuidade, a atividade seguinte foi trazida como uma demanda necessária pela mãe de referência a partir do contato com as mães do movimento, com o objetivo de demonstrar quais as diferenças entre Políticas Públicas e Programas Sociais e a relação com os Direitos Humanos. A apresentação ficou a cargo da pesquisadora e assistente social integrante do projeto, Valéria de Oliveira, que discorreu sobre as diferenças.

Valéria ressaltou que *"[...] uma política pública é parte fundamental do funcionamento e desenvolvimento de uma sociedade. As políticas públicas influenciam a maneira como os recursos e investimentos são alocados para fins específicos, com foco na melhoria da qualidade de vida da população"*. Como exemplo, trouxe as categorias de: Política de Educação; Política de Saúde; Política de Segurança Pública; Política de Previdência Social; Política de Habitação; Política de Assistência Social; Política Econômica; Política de Trabalho e Renda e Política Ambiental.

Sobre os programas sociais afirmou que são *"ações implementadas pelo governo, atreladas às políticas públicas setoriais e/ou articuladas entre as*

políticas, que podem ser permanentes ou não a depender dos resultados e os recursos aplicados para sua implementação". Como exemplos trouxe: o Programa Bolsa Família que é o mais conhecido no país, o Programa Farmácia Popular; o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania; o Programa de Proteção e Atenção Integral à Família; o Programa Minha Casa, Minha Vida também muito conhecido pela maioria, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Programa de Proteção Especial para Pessoas com Deficiência e Idosas e o Programa de Geração de Emprego e Renda.

Após a apresentação, as participantes fizeram perguntas para sanar dúvidas e obter esclarecimentos sobre os exemplos trazidos. Finalizada a atividade do primeiro dia, as mães participantes e a equipe do projeto posaram para fotos com muita alegria e promessas de no dia seguinte estarem presentes para mais um dia de atividade.

A atividade de início do segundo dia foi concebida para proporcionar momentos de afeto e interação entre as mães e familiares participantes. Para isso, Edna Cavalcante propôs a *dinâmica da garrafa*. A "brincadeira" consiste em apresentar uma garrafa plástica vazia e, aos poucos, abastecê-la com água à medida que as pessoas vão interagindo. O objetivo foi desenvolver a autenticidade do grupo, desinibir as participantes e promover atitudes de fala, respeito, escuta e diálogo.

Assim, Edna Cavalcante deu início mostrando uma garrafa plástica vazia e fazendo uma analogia entre a garrafa e ela mesma. Ela disse que se sentia vazia, mas, à medida que ia falando sobre si mesma e sua história, ia colocando água na garrafa, dando sentido ao conteúdo do recipiente e de si mesma. As perguntas disparadoras feitas foram:

- Como você se vê?
- Como você se sente em relação à sua história e experiência de vida?

Com essas perguntas, a garrafa foi passando entre as mães e familiares, e cada pessoa que a pegava discorria em resposta às indagações. A atividade seguiu repleta de sentido sobre como as mães e familiares se sentem em relação a todas as experiências vividas. Isso fortaleceu e potencializou a autoestima das participantes, fazendo com que se reconhecessem umas nas outras.

No mesmo dia, no período da tarde, o grupo seguiu para as dependências da Universidade Federal do Ceará – UFC, local onde foi programada uma mesa de debate com o título "Os desafios enfrentados pelos movimentos de mães e

familiares de vítimas na luta contra as arbitrariedades e a violência policial". Esta atividade contou com a parceria do Prof. João Paulo Barros do curso de Psicologia/UFC.

A mesa foi composta por:

Edna Cavalcante, mãe de referência do *Movimento Mães da Periferia*;

- Débora Silva, mãe líder no projeto e referência do *Movimento Independente Mães de Maio*;
- Dra. Joseana França promotora de justiça do Ministério Público do Ceará;
- Yandra Lôbo representante do *Movimento de Mães da Resistência*;
- Antônia Alves representante do *Movimento de Mães contra o Feminicídio;*
- Maria de Jesus representante do *Movimento de Mães do Curió*.

Cada pessoa integrante da mesa apresentou sua percepção sobre o tema sugerido trazendo para o debate as experiências de atuação nos movimentos a partir de sua inserção na luta contra a violência de Estado. Na fala da Dra. Joseana foi possível compreender o compromisso do Ministério Público do Ceará em dar todo o suporte jurídico para os movimentos de mães e familiares, em relação às investigações e responsabilização do Estado frente aos casos de violações reiteradas causadas pelas ações da polícia militar.

O encontro foi finalizado com o sentimento de que as atividades promovidas durante os dois dias trouxeram construções conjuntas, informações, interação e compartilhamento de experiências do grupo com demonstrações de afeto coletivo, reconhecendo que foi possível proporcionar meios de fortalecer os movimentos de mães e familiares no Ceará.

3.4. III ENCONTRO REGIONAL RIO DE JANEIRO/BAIXADA FLUMINENSE

> [...] Fortalecer no bairro da molecada e do adulto as velhas bocas.
> Sim, infelizmente, muitas bocas de fome ainda lembram e podem
> contar que o chão do bairro já foi de barro. Podem e devem.
> Se quiserem podem viver só pra contar. Não pra ser descarte.
> Contar as histórias de dor, de esperança...[...]
> **(Poema: 104 desvios de rosto não desviam o corpo-**
> **Carlos Eduardo M. de S. Mello - Cadu Mello)**[9]

Conforme a metodologia de organização adotada, este também foi construído em conjunto entre as pesquisadoras do CAAF Aline Rocco e Valéria de Oliveira (que participaram do encontro presencialmente), Laiane Luz da Conectas DH e a pesquisadora social, mãe de referência do projeto no estado, Nívia Raposo. Contou com o apoio da mãe integrante do movimento de mães e familiares e participante no projeto, Sônia Bonfim. Foi realizado nos dias 20 e 21 de março de 2025. Parte do encontro foi realizada na cidade de Nova Iguaçu - Baixada Fluminense/RJ, e a outra parte no bairro da Lapa, na cidade do Rio de Janeiro/RJ.

No primeiro dia, pela manhã, a atividade foi realizada na Sede das Mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT). O evento contou com a participação de 34 mulheres/mães e familiares de vítimas, integrantes de vários movimentos de mães e familiares no Rio de Janeiro. Esse momento foi reservado para a acolhida das mães e familiares participantes. Na abertura, Nívia Raposo, como referência, fez uma apresentação do projeto e dos objetivos do encontro. Na sua fala, ela deu as boas-vindas a todas as mães participantes e agradeceu às responsáveis pela parceria e pelo espaço cedido. Ela também fez um resgate da luta das mães e familiares por memória e justiça no estado, enfatizando o contexto da Baixada Fluminense.

Nívia apresentou as pesquisadoras integrantes do projeto que vieram de São

[9] Cadu Mello é filho de Gisele Mendes de Souza e Mello, capitã de mar e guerra da Marinha brasileira e médica pediatra que morreu no dia 10 de dezembro de 2024 dentro do Hospital Marcílio Dias na Zona Norte do Rio de Janeiro, vítima fatal de bala perdida, ocasionada pelas ações da polícia militar em operação na comunidade do Gambá. Após os fatos, Cadu Mello foi acolhido pelo Movimento de Mães e Familiares demonstrando força e coragem ao dizer em uma entrevista que: "Gostaríamos de ver perspectiva, que não vemos, que essas coisas parem de acontecer. Não dá para ser só isso para o resto da existência. Queríamos saber se há plano para paz. Perder nossa mãezinha dessa forma é muito duro." Para mais informações, acessar: https://gshow.globo.com/tv/encontro-com-patricia-poeta/noticia/filho-de-medica-que-morreu-com-bala-perdida-pede-paz-politica-publica-nao-pode-ser-so-confronto.ghtml

Paulo para apoiar na execução das atividades, Aline Rocco e Valéria de Oliveira e agradeceu também pela presença da Profa. Angela Torresan da Universidade de Manchester — colaboradora no projeto — pelos ensinamentos das técnicas de audiovisual.

Em seguida, Nívia Raposo passou a palavra para as mães e familiares se apresentarem. Cada uma fez do momento um espaço para manifestar sua dor por meio de relatos das suas experiências de luta, e foi acolhida com carinho e emoção por outras mães que entendem e se reconhecem em cada palavra dita.

Foram muitas falas em que as mulheres/mães manifestaram sua indignação e até certa revolta sobre os encaminhamentos realizados pelo Ministério Público/RJ nos casos que vitimaram seus filhos/as. Em muitos casos, os processos foram arquivados sem a devida responsabilização dos envolvidos, seja por alegação de falta de provas ou pela demora nas investigações até chegar ao arquivamento

Contudo, uma das mães presente deu um depoimento emocionado, relatando o caso de seu filho, Ian da Silva Dias[10], um jovem de 21 anos, morto em uma ação da polícia militar no dia 24 de junho de 2018, no Morro do Pimba em Niterói. A mãe contou que depois de receber o apoio incondicional da mãe de referência Nívia Raposo, e de outro familiar que integra o movimento, conseguiu chegar a júri popular depois de muita luta ao cobrar respostas do Ministério Público/RJ, chegando enfim a condenação do policial militar responsável pela morte do rapaz, a 10 anos de reclusão em regime fechado por homicídio doloso.

Para efeitos de memória, citamos parte de seu depoimento emocionado:

> *"[...] Depois de todo apoio que recebi de mães que aqui estão e de outras que não estão, para que eu não desistisse, eu só tenho a agradecer, porque agora, em 18 de fevereiro, o assassino de farda que matou meu filho, ele foi condenado a 10 anos de prisão. Mas, essa vitória que nós, do movimento de mães, tivemos, só foi possível porque, cada vez que eu me sentia fraca, elas não me deixavam desisti. O Cuca sempre ligava pra mim e não me deixava desistir. Sempre vinha uma e segurava a minha mão [...].*

[10] Outras informações, consultar: https://www.mprj.mp.br/conheca-o-mprj/memorial-vidas-marcadas/eixo-1/ian-da- silva-dias

Eu fui (para o julgamento) desacreditada por conta de julgamentos anteriores - como exemplo o julgamento do caso Jhonata: homicídio culposo sem intenção de matar. Que é isso? Então, para mim, o julgamento do caso do meu filho é uma vitória nossa, mesmo que tenha sido uma pena tão pequena pelo que ele fez." (D.L.D)

Fatos como este, segundo as mães participantes que integram os movimentos, trazem uma sensação de alívio, pois, levar suas histórias para outras mães e familiares, receber apoio e acolhimento faz com que a luta seja fortalecida, trazendo mais esperança na busca por justiça.

De acordo com a programação, no período da tarde o grupo se deslocou para outro espaço cedido em parceria com o Conselho Regional de Psicologia - CRP de Nova Iguaçu para realizar a atividade denominada como cine-debate com a apresentação do documentário "Nossos corpos são os nossos livros"[11]

Após a exibição, Nívia Raposo explicou sua participação no documentário e, em seguida, abriu a roda de conversa para debate e discussão sobre o conteúdo do vídeo: os desaparecimentos forçados na Baixada Fluminense. As mães e familiares participantes trouxeram as mais variadas impressões sobre o assunto, reforçando denúncias sobre esses crimes, a não investigação e, consequentemente, a impunidade em relação às frequentes ocorrências na região nos últimos anos.

No segundo dia pela manhã, a atividade aconteceu na Escola de Teatro Popular, localizada no bairro da Lapa. Foi programada a apresentação da peça interativa que combinou o Teatro-Fórum com o Teatro Legislativo com o Grupo de Teatro do Oprimido Cor do Brasil. Na apresentação, o grupo encenou quatro atos, onde as cenas refletiam o racismo estrutural, o machismo, dentre outros problemas sociais. A plateia foi convidada a interagir a partir das cenas apresentadas e levada a refletir, propondo ações que pudessem mudar os desfechos das histórias, utilizando a arte para discutir e buscar mudanças em leis e na proposição de políticas públicas concretas.

Após a peça, houve intervenções artísticas, com Cadu Mello declamando o poema "104 desvios de rosto não desviam um corpo". O poema foi dedicado à sua mãe, que foi a 105ª vítima da violência policial no Rio de Janeiro em

[11] Trata-se de um curta-documentário produzido pela Iniciativa Direito a Memória e Justiça Racial - IDMJR, com parceria da Justiça Global e apoio da Fundação Heinrich Stiffung Bölll - Brasil; dirigido pela premiada cineasta Janaina Oliveira - Refém, mulher negra, mãe e moradora da Baixada Fluminense. É possível assistir o vídeo disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=BBykKoCUU8I&rco=1

2024. Outras intervenções foram conduzidas pelo jovem MC Santinny que cantou uma música de sua autoria feita em homenagem ao amigo Samuel Vicente12 jovem de 17 anos morto pela polícia militar em Anchieta, na zona Norte do Rio de Janeiro no dia 25 de setembro de 2021, e a leitura de outra poesia conduzida pelo jovem Níkolas.

No período da tarde, o grupo se deslocou para o Instituto Martim Gonçalves, na Cinelândia, para uma Oficina de Confecção de Cartazes junto às mulheres/mães participantes que foi conduzida por Cristiano Silva de Oliveira do Coletivo – Eu Sou Eu. Iniciando a oficina, o facilitador indagou quais os sentimentos que as mulheres/mães mantinham em relação aos fatos ocorridos contra seus filhos/as e as mantinha na luta. A cada palavra dita, Cristiano escrevia na lousa – materializando esses sentimentos – como disparador dos cartazes que seriam confeccionados.

As palavras trazidas pelas mães participantes, demonstrando seus sentimentos foram: *injustiça; revolta; impunidade; tudo nosso, nada deles; resiliência; esperançar; livre arbítrio; luto; ódio/luta; descaso; protesto; medo; tristeza; afeto; união; amor; memória; resistência; liberdade; força; ansiedade; estratégia; mudança; respeito; educação decolonial; nossos filhos têm voz; reparação e justiça; paz; dor ada perda; saudade eterna; danos; coragem; direitos humanos; direito de ir e vir; destruição; olho no olho; irmandade; verdade; covardia; determinação; adoecimento; racismo; preconceito; oprimismo; humilhação.*

Após esse início, Nívia Raposo fez uma fala importante sobre a memória e a necessidade de se manterem firmes na luta contra a violência de Estado. Em seguida, Cristiano pediu que as mães participantes se dividissem em grupos (de 4, 5 ou 6 integrantes) para construírem cartazes. Os temas deveriam abordar os sentimentos expressados nas palavras escritas na lousa. Por fim, cada grupo deveria ir à frente apresentar o cartaz elaborado, comentando seu significado. Alguns dos cartazes diziam:

- "Nossos mortos têm voz, nossos filhos têm mães."
- "A educação é o maior agente de transformação. A união da coletividade muda histórias. Juntas somos mais fortes."
- "Estado opressor. Lutamos por justiça, memória e reparação. Somos

[12] Samuel Vicente era estudante da Escola Militar de São Gonçalo e foi morto em companhia do padrasto Willian Vasconcelos da Silva. Ambos estavam em uma motocicleta e na hora do fato passavam em frente a uma unidade de saúde. Para mais informações consultar: https://noticiapreta.com.br/jovem-que-estudava-em-escola-da-pm-e-morto- em-acao-da-policia/

a voz dos nossos filhos, eles têm nome, sobrenome e mães. Não são CPF cancelado."

- "Por que a abordagem dos agentes policiais é diferente nas comunidades? Por que nos bairros das elites a polícia não age de forma truculenta?"

Esses foram exemplos dos cartazes produzidos pelas mães participantes. Ao final da última apresentação, Nívia Raposo agradeceu a participação de todas as mulheres/mães, equipe, parceiros que cederam o espaço para realização das atividades e pediu que fosse colocada a música "Tá escrito" do grupo Revelação que diz: *"Quem cultiva a semente do amor/Segue em frente e não se apavora/Se na vida encontrar dissabor/Vai saber esperar a sua hora/Às vezes a felicidade demora a chegar/Aí é que a gente não pode deixar de sonhar/Guerreiro não foge da luta e não pode correr/Ninguém vai poder atrasar quem nasceu pra vencer/É dia de Sol, mas o tempo pode fechar/A chuva só vem quando tem que molhar/Na vida é preciso aprender, se colhe o bem que plantar/É Deus quem aponta a estrela que tem que brilhar/Erga essa cabeça, mete o pé e vai na fé/Manda essa tristeza embora/Basta acreditar que um novo dia vai raiar/Sua hora vai chegar."*

Entre abraços e muito afeto trocado entre elas, finalizar o encontro com esse samba carismático e significativo foi uma escolha estratégica da mãe de referência porque traz em sua letra palavras de incentivo, união, força, esperança e amor, sentimentos que fortalecem as mulheres/mães que lutam por justiça, memória e reparação.

3.5. IV ENCONTRO REGIONAL – SALVADOR/BAHIA

Cidade de Salvador, por onde se estende a dor!
Em cada beco, vielas, favelas e periferias onde
O braço armado do Estado mata preto todo dia.
Ó minha sangrenta Bahia, Terra de impunidade, matam sem dó e sem piedade.
Racismo, extermínio e genocídio da população negra é a nossa realidade,
e a cada favelado que morre é uma favela que chora.
São tantas Marias chorando e eu não vejo a hora disso tudo acabar!
Vamos nos aquilombar, para o nosso povo preto parar de tombar.

(Poema de Rita de Cássia – Mãe de vítima da Bahia)

O IV Encontro Regional do projeto aconteceu em Salvador/Bahia nos dias 09 e 10 de julho de 2025. O trabalho realizado para que se efetivasse os dias do evento foi discutido antecipadamente por meio de reuniões virtuais entre a equipe de pesquisadoras do CAAF/Unifesp representadas por Aline Rocco e Valéria de Oliveira (que participaram presencialmente do encontro), a equipe da Conectas Direitos Humanos representadas por Laiane Macedo (que participou presencialmente do encontro) e Carolina Diniz, e por Débora Silva pesquisadora social pelo CAAF/Unifesp (que participou presencialmente do encontro), mãe líder no projeto representando o *Movimento Independente Mães de Maio* e as mães pesquisadoras sociais do *Movimento Mães de Maio Nordeste*, representadas por Rute Santos e Silvana Santos.

Assim como nos encontros anteriores, em trabalho conjunto, o diálogo foi imprescindível para que as atividades previstas pudessem ser executadas. Nesse encontro, foi possível que a equipe de organização participasse com dedicação, acolhimento, trocas e aprendizados coletivos. Para além dos procedimentos organizacionais e de infraestrutura, as atividades foram pensadas a partir de consulta aos temas de interesse das mães participantes, trazidos pela mãe de referência no estado da Bahia e pesquisadora social, Rute Santos. Importante salientar que o foco principal deste encontro foi discutir sobre ancestralidade e a violência policial crescente no estado, considerando o perfil tanto das vítimas, quanto de seus familiares que fazem reiteradas denúncias frente ao grande índice de mortalidade em decorrência das ações policiais em todo o estado da Bahia.

Nesse sentido, a partir do tema proposto, foi por iniciativa da mãe pesquisadora social Rute Santos articular com a Sociedade Protetora dos Desvalidos[13], o local de realização do Encontro Regional da Bahia. A Sociedade Protetora dos Desvalidos guarda profundas marcas da ancestralidade e da cultura do povo baiano, acumulando em seus alicerces a memória coletiva das opressões vivenciadas no período de escravização do povo negro. Portanto**,** a escolha do local se mostrou uma ação política e simbólica de retomada e valorização de um espaço que, historicamente, nasceu da resistência negra.

Segundo a mãe de referência na Bahia, para o movimento é de extrema importância que todas as mães e familiares se apropriem da história em seu território, ocupando espaços que simbolizam a luta e a dignidade do povo negro. Para ela, o ato trata de reconhecer e reivindicar a presença

[13] Sobre a história da Sociedade Protetora dos Desvalidos acessar: https://www.geledes.org.br/conheca-a- historia-da-sociedade-protetora-dos-desvalidos-primeira-associacao-civil-negra-do-pais/

ativa das mães em locais que, como este, nasceram da necessidade de proteção, solidariedade e justiça — valores que seguem sendo fundamentais na luta contra a violência estatal. A presença dessas mulheres nesse território reforça o elo entre passado e presente, entre a luta ancestral e as resistências atuais.

Além do simbolismo, a Sociedade Protetora dos Desvalidos se mostra um espaço potente e estratégico para o fortalecimento do movimento de mães e vítimas da violência do Estado. A parceria com a cessão do espaço pode inclusive, facilitar momentos para formação política, escuta, acolhimento e articulação de ações que visam à justiça e à reparação.

Por fim, a escolha do local reforçou o tema proposto pela organização do encontro a partir da história que carrega, contribuindo com a discussão proposta nos dois dias. Isso proporcionou uma aura de acolhimento histórico e de reafirmação da luta pela memória ancestral e pelo reconhecimento do legado deixado pela população negra daquele período, que sobrevive até os dias atuais.

No primeiro dia do encontro, a abertura da programação reservou um café da manhã de acolhimento às mães participantes e demais convidadas/os para o evento. Após o horário destinado, foi organizada a sala em formato de roda de conversa, de modo a deixar as pessoas à vontade para falarem e participarem da atividade.

A primeira fala foi reservada ao responsável pelo espaço cedido, que fez uma saudação de boas-vindas, fazendo uma explicação resumida sobre o significado histórico do local, deixando todas/os à vontade para perguntas, filmagem e fotografias. Em seguida, Rute Santos fez uma fala de boas-vindas a todas/os as pessoas presentes, contextualizando sobre os objetivos do encontro, explicando sobre o projeto e qual a propósito de estarem ali reunidas.

Na sequência, manifestou-se a mãe pesquisadora social Silvana Santos, integrante do movimento de mães e familiares na Bahia, que contribuiu com sua experiência para a organização do encontro. A próxima a falar foi a mãe líder no projeto, Débora Maria da Silva, pesquisadora social e coordenadora do Movimento Independente Mães de Maio. Débora trouxe em sua fala os agradecimentos pela oportunidade de estar no encontro. Além disso, explicou sobre o projeto, seus objetivos e como foi concebida a proposta: construída em 2021, contemplada pelo UNDEF no final de 2023 e iniciada em 2024 com o Encontro Nacional. O Encontro contou com a par-

ticipação de mães representando os 4 estados brasileiros (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Ceará), visando o fortalecimento desses movimentos.

A seguir, abriu-se a roda de conversa com a apresentação de todas as pessoas presentes, falando seus nomes e contando um pouco de si e o motivo de estarem no encontro. Foi um momento importante para o acolhimento das mães e familiares.

Seguindo a programação, foi apresentado o Dr. Bruno Moura que é defensor público e Tânia Palma integrante do *Coletiva Mahin* e ex-ouvidora pública que se apresentaram para as pessoas presentes.

O Dr. Bruno Moura, iniciou o momento, trazendo em suas falas uma contribuição fundamental ao destacar como a defesa e a proteção dos direitos humanos se concretizam em sua atuação profissional, especialmente na defesa de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Ele evidenciou como o sistema de justiça está atravessado por marcadores sociais como classe e raça, apontando que a seletividade penal recai, de forma desproporcional, sobre a juventude negra e periférica. Ao relacionar essas desigualdades estruturais com as experiências das mães presentes, o Dr. Bruno ressaltou as múltiplas violências que essas mulheres enfrentam desde a perda de seus filhos, até a negligência e o tratamento desumanizado por parte do sistema de justiça.

Destacou ainda as barreiras concretas no acesso ao sistema jurídico, como a burocracia, a ausência de informações claras, a lentidão nos processos e o despreparo de profissionais que muitas vezes reproduzem estigmas e deslegitimam o sofrimento dessas mães. Durante as diversas falas, as mães fizeram perguntas e compartilharam fatos relacionados aos casos de seus filhos e familiares, o que possibilitou trocas de experiências e reflexões sobre um sistema que reproduz e perpetua padrões históricos de injustiça e desumanização.

Esse diálogo "*Identidade e Pertencimento: saber de onde viemos para fortalecer nossa autoestima e senso de propósito*" proporcionou o reconhecimento coletivo das estratégias de combate e resistência que vêm sendo construídas pelas mães na luta por justiça. O Dr. Bruno foi sensível e assertivo ao acolher esses relatos e teve papel fundamental ao trazer orientações práticas sobre aspectos jurídicos essenciais que devem ser considerados durante os testemunhos e processos legais — elementos que muitas vezes são desconhecidos ou negligenciados, mas que podem fortalecer a busca por responsabilização e verdade. Sua escuta e seu compromisso com a justiça e defesa dos direitos

humanos contribuíram para aprofundar o entendimento das mães sobre o funcionamento do sistema, sendo possível fortalecer sua autonomia na construção de caminhos de enfrentamento e reivindicação de direitos.

Em seguida, Tânia Palma contou um pouco sobre a sua trajetória de vida, estabelecendo uma relação entre identidade e pertencimento, frisando a importância de sabermos de onde viemos para fortalecer a nossa autoestima e nossos propósitos de vida. Falou sobre a importância do trabalho em comunidade, que diz respeito também ao cuidado coletivo, das responsabilidades partilhadas entre a comunidade, como por exemplo, na criação dos filhos, no cuidado com idosos, sobre a preservação do querer bem ao outro. Explicou que a sua trajetória de vida forjada na luta, respeitando a sua ancestralidade, fez toda a diferença para encarar os desafios postos enquanto ouvidora geral da Defensoria Pública do Estado da Bahia, buscando sempre o diálogo, relacionando instituição e as pessoas que acessam o serviço, reconhecendo que a instituição precisa avançar ainda mais na garantia dos direitos a quem precisa.

Na parte da tarde, as pessoas presentes contaram com a presença da advogada Maria Beatriz e da psicóloga Juliana, integrantes do *Projeto EnfrentAção*. Essas profissionais acompanham o grupo de mães e familiares em um processo de escuta e acolhimento multidisciplinar e, nessa oportunidade, estiveram presentes para conduzir a roda de conversa sobre caminhos possíveis para acessar a justiça. Foi um momento potente, onde as mães e familiares puderam expor suas angústias e expectativas em relação aos casos que estão sendo arquivados pelo Ministério Público. Tal fato deixa uma lacuna muito grande nos procedimentos jurídicos, causando adoecimento psíquico e processos de vulnerabilidade social.

Durante a roda de conversa, foi possível que essas profissionais se aproximassem mais efetivamente das mães participantes e dos casos que permeiam suas existências, em franca troca de afeto e diálogo, demonstrando que momentos como esse – de acolhimento – de umas às outras fortalece muito o movimento de mães.

O encerramento do primeiro dia aconteceu com uma proposta de reflexão: foi sugerido que as mães e familiares refletissem sobre tudo que ouviram ao longo do dia e escrevessem uma pergunta ou dúvida que pudesse ser respondida pelo convidado Prof. Dudu Ribeiro, que estaria presente no dia seguinte. Após isso, todas, munidas de alegria e risos, se despediram com muito carinho, finalizando o primeiro dia do encontro.

O segundo dia do encontro teve início com uma reunião das participantes em um café da manhã de boas-vindas, sendo acolhidas entre conversas amenas e lembranças do dia anterior. Após essas trocas a mãe de referência Rute Santos informou que o convidado Prof. Samuel Vida teve um contratempo, de modo que não poderia participar da atividade conforme previsto.

Assim, foi aberta a roda de conversa com a presença do convidado Prof. Dudu Ribeiro[14] que é cofundador e coordenador executivo da Iniciativa Negra por uma Nova Política sobre Drogas. Ao iniciar sua fala de maneira franca e cuidadosa, mas objetiva, o convidado discorreu sobre aquilo que afeta diretamente a população negra e pobre – a política de guerra às drogas e as ações coercitivas dessa política – relacionadas ao modo de fazer da polícia militar.

Resgatando mais precisamente sobre o conteúdo trazido pelo convidado, citamos parte de uma entrevista concedida por ele ao site Baobá – Fundo para Equidade Racial em que afirma:

> *"[...] o militarismo é base do modelo da guerra às drogas no Brasil e no mundo, inclusive tem muitos episódios de colaboração entre os militares brasileiros e os estadunidenses no início desse processo de internacionalização do controle do comércio e uso de substâncias psicoativas. O cenário que o Brasil vive hoje é um processo de amplificação de um projeto de distribuição de morte enquanto política de Estado e a lógica da operação dos militares tem sido de se movimentar a partir da destruição de um inimigo interno eleito pelo racismo brasileiro. Isso tem agravado as condições de vida da população negra, da população brasileira como um todo, e colabora com o retrocesso gigantesco em temas fundamentais, não apenas ligados aos direitos humanos e às políticas de drogas, mas também de direitos civis, econômicos e políticos conquistados nas últimas décadas".*

Suas contribuições são importantes para entendermos o funcionamento do sistema jurídico, em destaque, citamos outra afirmação contida na referida reportagem:

[14] Prof. Dudu Ribeiro é formado em História (Universidade Federal da Bahia), tem especialização em Gestão Estratégica de Políticas Públicas (Universidade Estadual de Campinas) e é mestre na área de História (Universidade Federal da Bahia). https://baoba.org.br/dudu-ribeiro-da-iniciativa-negra-por-uma-nova-politica-de-drogas-fala-sobre- justica-racismo-estrutural-e-politica-no-brasil/

> *"É importante a gente relembrar os ensinamentos da professora Ana Flauzina, quando ela nos coloca que as ideias de crime, castigo, punição e pena, no Brasil, são oriundos da Casa Grande. O comportamento do sistema judiciário tem sido a partir dessa lógica de atuação. Sem qualquer conexão com a maioria do povo brasileiro, mas de fato de distribuição de privilégios entre a própria branquitude, e de restrição de cidadania para a população negra brasileira, justamente por virem de um processo em que a desumanização de outras pessoas é consequência dos processos de colonização e escravização no Brasil. Esses processos de desumanização, eles continuam organizando a atuação do sistema judiciário e a própria pequena participação de pessoas negras no sistema judiciário brasileiro, em todas as instâncias, não é só um exemplo disso, como é também o próprio resultado de um processo de distribuição de privilégio e de restrição de oportunidades. É fundamental que as organizações da sociedade civil interajam com os poderes a partir da perspectiva do aprimoramento de instrumentos construídos ao longo dos anos pelas forças progressistas, mas é fundamental também a gente fazer grandes processos de mudança. Aí não vai ser apenas a sociedade civil organizada, mas todos construindo processos mais profundos de transformação real do que a gente tem hoje de sistema judiciário, que tem contribuído de forma fundamental como uma máquina de morte para o povo brasileiro." (RIBEIRO, 2022)*[15].

No decorrer de suas explicações, as mães participantes e as pessoas presentes reagiram positivamente trazendo exemplos de suas experiências cotidianas relativas à violência policial. Algumas das mães presentes trouxeram relatos de abusos da parte da polícia durante as ações que implementam nas favelas e periferias da cidade, causando grande comoção. Ao finalizar sua participação, o convidado agradeceu a oportunidade de contribuir com as reflexões que as mães participantes trouxeram.

A programação reservou, no período da tarde, um momento de interação com as mães participantes. A proposta foi dividir as pessoas em grupo e a partir do diálogo coletivo, deveriam responder as perguntas abaixo:

1. O que achou dos temas abordados?

[15] Esta fala foi registrada na reportagem publicada no link acima no ano de 2022, contudo, no encontro sua contribuição foi marcada pela abordagem das mesmas questões apontadas na reportagem, trazendo para o debate e interação das pessoas presentes, o tema da guerra às drogas como justificativa para as reiteradas ações de violência policial que é o racismo estrutural considerado um tema superimportante na atualidade.

2. Conseguiu entender o conteúdo desenvolvido?
3. O que achou do encontro como um todo?
4. Achou que o conteúdo abordado fez sentido?
5. O que mais gostou?
6. Deixe uma sugestão sobre o que pode ser melhorado para encontros futuros.
7. Deixe uma sugestão de tema que gostaria de abordar em encontros futuros.

Após cerca de uma hora de diálogo, foi proposto que ficassem à frente da roda uma pessoa representando o grupo para ler as respostas dadas.

1. *A temática foi produzida de forma que nos trouxe muito conhecimento (Além da violência).*
2. *Conseguimos entender por que foi falado de forma simples e clara.*
3. *Foi maravilhoso porque conhecemos as amigas e suas histórias de forma bem real e nos tornamos grandes amigas pessoalmente (e não só através da tela).*
4. *Foi de grande transformação. Saímos com vários conhecimentos desse 1º encontro.*
5. *Gostamos do acolhimento, amizade, aprendizado. Um conjunto de todos os fatores.*
6. *Abrir mais espaço para perguntas aos palestrantes, e ter mais rodas de conversa presencial.*
7. *Orientações sobre os direitos e deveres do Estado (para as pessoas que foram violentadas por ele). Conhecer mais sobre a Leio Orgânica das Polícias (para entender pelo menos a base para que possamos nos proteger como cidadãos).*
8. *Achamos bom porque envolveu as histórias de várias mães, foi produtiva a troca de histórias, nos faz perceber a igualdade da dor, o fortalecimento de todas as mães juntas.*
9. *Tivemos conhecimento, esclarecimento sobre a vida da mulher negra, pobre e periférica sem ajuda do Estado para criar seus filhos. Na questão dos direitos foi utilizada uma linguagem mais simplificada.*
10. *Achamos que foi um encontro bom em saber que não é somente a nossa dor, mas sim a dor de todas as mães.*

11. *Foi um conteúdo aberto, onde entendemos que não é só a violência policial, mas as drogas lícitas também violentam os nossos corpos e nossas famílias.*

12. *Sugerimos que fossem abordados temas como – a dialética dos direitos humanos, terapia interativa, dinâmicas terapêuticas, escuta ativa, aumentando o tempo de fala.*

13. *Sugestões: saúde mental, direitos humanos, ajuda de custo e maior interação com as mães, diminuindo o tempo das palestras para que elas possam explorar suas dores.*

14. *Sim, nós conseguimos entender o propósito do encontro que foi, juntas, construímos propostas de políticas públicas de direitos e outra segurança pública possível.*

14. *O encontro foi potente, o local proporcionou uma força ancestral. Um apoio caloroso.*

15. *Gostamos da fala sobre o povo negro, sobre nossa valorização e possibilidades de continuar essa luta contando com o apoio de todas.*

16. *Fazer uma audiência pública sobre nossa luta, na Praça da Piedade (ao lado da secretaria de segurança pública).*

17. *A sugestão é falar sobre os Órfãos do Terror do Estado que são os nossos netos.*

> *"Esse encontro nos dias 09 e 10 foi muito importante porque abriram novos horizontes e nós fomos bem acolhidas para pensar estratégias de luta, entendendo que outras mulheres passam pelos mesmos problemas que nós. O debate sobre uma outra política de drogas trouxe mais entendimento que o problema não são os nossos filhos e não está nas favelas e sim nesta política genocida que passa pelos nossos corpos pretos. Tudo fez muito sentido para nós. OBS: Precisamos de mais encontros como esse para nos fortalecer como coletivo". (Mães participantes)*

Após a exposição das respostas pelos grupos, uma das mães – Rita de Cássia – declamou um poema de sua autoria (parte dele foi citado em epígrafe). Em seguida as mães participantes passaram a entoar cantigas de ordem *"Pisa ligeiro, pisa ligeiro quem não pode com a formiga não assanha o formigueiro"* todas de braços e mãos dadas, em roda.

Para finalizar os dois dias de encontro, a mãe de referência Rute Santos agradeceu a presença de todas. Como modo de avaliar o encontro, pedimos que relatasse suas impressões, ao que respondeu:

> *"O encontro que aconteceu em Salvador nos dias 9 e 10 de julho foi muito importante, porque as mães se sentiram conectadas com as outras que estavam lá também. A Mari, que é uma mãe que teve o caso bem recente, um caso muito doloroso, se sentiu mais fortalecida, tanto que em seguida ao encontro, disse ter parado de tomar a medicação que estava tomando. Ela disse que estava tomando trinta e dois comprimidos por dia, então a meu ver foi muito interessante. Acredito que é uma forma da gente se fortalecer e ampliar o conhecimento, trazendo outras conversas e sugestões para outros encontros que irão acontecer em breve. Importante é poder compartilhar as experiências, não só das mães, mas também das pessoas que estiveram presentes, os palestrantes convidados. Foi muito importante sim e com toda certeza nós saímos daquele lugar extasiadas com a beleza e história do local. Foi tudo muito bom, por tudo e pela partilha". (Rute Santos – pesquisadora social e mãe de referência na Bahia).*

As manifestações das pessoas presentes, bem como as avaliações realizadas pelas mães participantes, indicaram que este evento finalizou o ciclo de encontros regionais propostos no projeto de maneira muito positiva, alcançando os objetivos de fortalecimento dos movimentos de mães em busca de memória, verdade e justiça, visando demonstrar através do conhecimento e trocas coletivas, as potencialidades da luta pela não repetição dos crimes e da reiterada violência do Estado.

3.6. ENCONTRO INTERNACIONAL: CONECTANDO AS LUTAS POR JUSTIÇA

Em setembro de 2025, caminhando para a reta final do projeto "Fortalecendo o Alcance e o Impacto dos Movimentos de Direitos Humanos no Brasil", a equipe de mães pesquisadoras sociais dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Ceará, junto com as pesquisadoras do Centro de Arqueologia e Antropologia Forense da Unifesp (CAAF) e a equipe da Conectas Direitos Humanos, organizaram o último evento do projeto: o Encontro

Internacional online com a participação de movimentos do México, Estados Unidos e Colômbia.

O Encontro Internacional foi realizado no dia 30 de setembro de 2025, em formato virtual, com tradução simultânea em português e espanhol. O principal objetivo do evento foi fortalecer o impacto e a visibilidade de movimentos de mães e familiares de vítimas da violência de Estado no Brasil, promovendo o intercâmbio de experiências e estratégias com outros movimentos e atores da América Latina.

A programação do encontro reuniu lideranças de movimentos sociais, acadêmicos, representantes políticos e ativistas de direitos humanos do Brasil e da América Latina, em três mesas temáticas. A primeira mesa, dedicada à apresentação do projeto que dá nome ao evento, contou com Débora Maria da Silva *(Movimento Independente Mães de Maio – BS/SP)*, Nívia do Carmo Raposo *(Movimento de Mães e Familiares de Vítimas da Violência Letal do Estado e Desaparecidos Forçados – Rio de Janeiro*), Rute Silva Santos *(Movimento Mães de Maio do Nordeste – Bahia)*, Edna Carla Souza Cavalcante *(Movimento Mães da Periferia – Ceará)*, Javier Amadeo (CAAF/Unifesp) e Angela Torresan (Universidade de Manchester), que abordaram o protagonismo das mães na luta contra a violência de Estado e pela preservação da memória.

A sessão de abertura contou com falas potentes das mães pesquisadoras sociais, iniciando com Débora Maria da Silva, que apresentou as linhas gerais do projeto que fundamenta a realização do Encontro Internacional e destacou o trabalho de produção de conhecimento e articulação desenvolvido por ela e pelas demais mães pesquisadoras do projeto. Após sua fala de abertura, houve a exibição do vídeo curto produzido pela equipe de mães do estado de São Paulo, que trouxe as primeiras reflexões e entrelaçou os 19 anos[16] de história do Movimento Independente Mães de Maio às lutas dos demais movimentos presentes.

Em seguida, tomaram a palavra as mães referência dos estados do Rio de Janeiro (Nívia do Carmo), Bahia (Rute Santos) e Ceará (Edna Carla), que compartilharam suas trajetórias de luta e resistência, enfatizando sobretudo o aprendizado coletivo construído a partir da dor transformada em ação política. Seus relatos revelaram a importância da organização coletiva como principal estratégia contra as violências de Estado, bem como o impulso à educação, à consciência de classe e as múltiplas vertentes de enfrenta-

[16] Como citado anteriormente, no período de realização deste projeto, entre 2024 e 2025, o *Movimento Independente Mães de Maio* completou 19 anos de existência.

mento. A fala dessas mães não apenas denunciam a repressão sistemática, mas também reivindicam o direito de produzir saberes a partir dos territórios e corpos historicamente marginalizados.

Nesse sentido, suas falas ecoaram o pensamento de Frantz Fanon (1961), ao apontarem como a experiência da opressão pode gerar uma consciência radical capaz de reconfigurar a relação entre o sujeito e as estruturas que o violentam. Assim como Fanon, as mães evidenciam que a violência colonial e estatal não é apenas um fato isolado, mas uma ferida estrutural que atravessa corpos negros e periféricos.

Seguindo essa perspectiva, e em diálogo com Lélia Gonzalez (1983), suas vozes reafirmaram o saber político da vivência negra e feminina nas favelas e periferias, onde a luta cotidiana contra o racismo, o sexismo e a marginalização produz um conhecimento insurgente, marcado pela (re)existência e pela (re)interpretação do mundo a partir de uma epistemologia própria, enraizada na ancestralidade e na coletividade.

A segunda mesa, intitulada *"Democracia para quem – da reparação e não repetição"*, teve início com a exibição do vídeo curto produzido pelas mães do estado do Rio de Janeiro. Participaram dessa mesa: Yanilda González *(Harvard Kennedy School)* e Alí Bantú Ashanti (Coletivo Justiça Racial e Pacto Histórico da Colômbia), que discutiram os desafios da democracia, a reparação como responsabilidade do Estado e a centralidade da justiça racial nas políticas públicas.

Nesse contexto, Yanilda González apresentou a pesquisa intitulada *"As Narrativas das Mães Contra a Violência Policial"*, realizada em parceria com Natán Skigin, também pesquisadora da Universidade de Harvard. A pesquisa foi realizada com uma amostra representativa de 7.785 adultos residentes no Brasil recrutados pela empresa Netquest, entre junho e outubro de 2024, abordando temáticas relacionadas à segurança pública, à violência policial e políticas públicas de combate ao crime e à violência policial.

Considerando o conteúdo e os resultados obtidos, a pesquisa revela aspectos fundamentais sobre as percepções da sociedade brasileira em relação à violência policial:

> **Pergunta:** *"Até que ponto você concorda ou discorda com a frase "bandido bom é bandido morto?"*
> **Resultado:** *41% das pessoas concordam, um pouco ou muito, com essa frase, enquanto apenas 31% discordam.*

Pergunta: *"Você acha que a ausência ou irresponsabilidade da mãe ao criar filhos que entraram no crime contribui para a taxa de pessoas mortas pela polícia no Brasil?"*
Resultado: *64% das pessoas concordam com essa afirmação.*

No contexto dessas perguntas, Yanilda aponta que os resultados apenas quantificam uma realidade, que todas as mães conhecem muito bem: as vítimas são criminalizadas, assim como as mães e as famílias. Como várias mães já mencionaram ao longo do encontro, elas são punidas por todo esse processo e pela sociedade, que após a perda dos filhos, impõe uma criminalização e punição por parte tanto da sociedade quanto das instituições.

Do ponto de vista da comunicação estratégica, Yanilda destaca a relevância de evidenciar quantas pessoas têm contato direto ou indireto com essa realidade. Segundo os dados, a pesquisa revelou que 25% dos participantes afirmaram ter experiência direta ou indireta com a violência policial, ou seja, foram vítimas ou têm familiares que foram vitimados por ações da polícia, revelando a dimensão estrutural e disseminada da violência no país.

Ainda nessa perspectiva, os dados mostram que 54% das pessoas expressaram ter medo de se tornarem vítimas da polícia. Esse dado revela uma contradição significativa: por um lado, a população demonstra consciência sobre o nível de violência policial existente no Brasil e teme ser afetada por ela; por outro, ainda persiste um forte estigma direcionado às mães e às vítimas da chamada "guerra policial". Diante desse conjunto de atitudes e experiências, os pesquisadores buscaram compreender também qual seria o grau de apoio da sociedade a políticas públicas voltadas à reparação e ao acolhimento de familiares de vítimas. A pesquisa, então, incluiu uma pergunta específica para avaliar esse aspecto:

Pergunta: *"Até que ponto você concorda ou discorda com a criação de núcleos de atendimento a familiares de vítimas da violência policial?"*
Resultado: *65% das pessoas ouvidas pela pesquisa declararam apoiar a criação de núcleos especializados de atendimento para familiares de vítimas da violência policial.*

O apoio majoritário a essa política pública de atendimento e reparação a familiares de vítimas da violência policial demonstra que essa é uma proposta amplamente apoiada pela sociedade brasileira. Nesse sentido, desta-

ca-se em âmbito nacional o Projeto de Lei 2999/2022, também nomeado como «PL das Mães de Maio" de autoria do Deputado Federal Orlando Silva, como um marco importante ao propor a criação de núcleos de apoio e assistência para essas famílias, institucionalizando uma demanda histórica como uma política pública de alcance nacional.

Após o encerramento da apresentação da pesquisa, Alí Bantú Ashanti, advogado e defensor de direitos humanos, compartilhou a experiência do Coletivo Justiça Racial na Colômbia, organização fundada por ele e que hoje reúne cerca de 200 advogados voluntários atuando na defesa de vítimas da violência estatal, especialmente jovens negros mortos pela força pública. Em sua fala, ressaltou que esse trabalho ocorre em um país onde o racismo é sistematicamente negado pelas instituições, onde as denúncias sobre a violência racial foram historicamente silenciadas. Ashanti destacou que, durante anos, as vozes que tentaram pautar o tema foram marginalizadas ou ignoradas, tanto pela sociedade quanto pelos meios de comunicação. Nesse cenário de apagamento, o coletivo se constrói como uma voz de resistência e esperança, desafiando estruturas coloniais e exigindo reformas profundas no sistema de justiça e na segurança pública.

Ashanti enfatizou a importância da solidariedade internacional, afirmando que o aprendizado com as lutas brasileiras, como as narrativas das mães de vítimas no Brasil, tem sido uma grande inspiração para sua atuação.

A terceira mesa, intitulada *"A luta por Justiça, Memória e Reparação na América Latina"*, iniciou-se com a reprodução do vídeo curto produzido pelas mães do estado da Bahia e reuniu lideranças de distintos movimentos da América Latina: Emilse Rueda Marin (*Colectivo Justicia por Natalia*, Colômbia), Cristina Bautista Salvador (representante das 43 vítimas de Ayotzinapa, México), Lorenza Aillapan (Fentxen Mañum, Chile) e Débora Maria da Silva (*Movimento Independente Mães de Maio*, Brasil).

As participantes compartilharam suas experiências e estratégias de luta em seus respectivos países, evidenciando como a memória e a busca por justiça são atravessadas por contextos de violência estatal, silenciamento e impunidade. A mesa destacou a solidariedade internacional como uma ferramenta fundamental de resistência e articulação entre os movimentos, reforçando que as lutas locais ganham potência quando conectadas em uma perspectiva latino-americana de justiça e reparação.

Emilse Rueda Marin, do *Colectivo Justicia por Natalia* (Colômbia), compartilhou sua trajetória de luta por justiça após a perda de seus dois filhos, ambos mortos

em circunstâncias ligadas à atuação indevida do Estado. Fundado há cinco anos, o coletivo defende as bandeiras da justiça, da memória e da não repetição, denunciando as violências praticadas pelo Estado e a negligência institucional frente às vítimas. Emilse destacou a importância da articulação com outros movimentos e defensores de direitos humanos, como Yanilda González e Alí Bantú Ashanti, com quem vem atuando na mobilização de mães e familiares de vítimas na região de Palmira. Um dos marcos dessa luta é a criação do "Jardim da Memória para Bryan Andrés Perlaza", espaço que se tornou ponto de encontro e escuta entre mulheres que vivenciam processos semelhantes de dor e luta. Emilse também compartilhou que, assim como no Brasil, na Colômbia não existe uma política pública de atendimento especializado oferecido pelas unidades básicas de saúde, sendo essa também uma luta dos movimentos colombianos.

Ela destacou ainda, a necessidade de apoio à formação legal das mães, para que possam compreender seus direitos e se defender diante das estruturas de silenciamento e violência institucional. Durante sua fala, Emilse fez um apelo reforçando a importância da união e da construção coletiva da memória como forma de resistência e prevenção da repetição das violências. Em suas palavras:

> *"A repetição não pode continuar acontecendo! Eu convido vocês, mães, vítimas do Estado, a continuarem construindo algo juntas, a continuarem tecendo a memória dos nossos filhos, para que em algum momento esses casos não continuem a acontecer, para que seja possível contar com uma rede de comunicação e apoio entre nós, porque somos nós que estamos vivendo essa dificuldade. Nós apoiamos e sabemos que o que sentimos é muito difícil e precisa de apoio."*

Na sequência, tomou a palavra Cristina Bautista Salvador, mãe de uma das 43 vítimas de Ayotzinapa, no México, compartilhando sua trajetória de luta e memória ao longo dos 11 anos desde o desaparecimento forçado desses jovens. Na ocasião, três estudantes foram mortos e outros 43 seguem desaparecidos, sem que seus paradeiros tenham sido oficialmente esclarecidos até hoje. Cristina também compartilhou a dor vivida pelas mães e pelos pais que já partiram sem obter respostas, reafirmando, no entanto, o compromisso com a busca pela verdade e justiça. Ela destacou ainda a importância do apoio e da solidariedade de todas as pessoas e organizações que acompanham essa luta, tanto em nível nacional quanto internacional, ressaltando que essa rede de solidariedade tem sido essencial para a continuidade da mobilização, mesmo diante da dor e das adversidades.

Após 11 anos de resistência, é justamente a presença e o comprometimento coletivo que fortalecem as famílias e impulsionam a não desistir. Como afirmou durante sua fala: *"A nossa luta não acabou, ela vai continuar, assim como tem acontecido nesses 11 anos"*. Após as falas contundentes da terceira mesa, as mães e as pesquisadoras participantes se cumprimentaram entusiasticamente, encerrando a atividade virtual com votos de que a luta deve continuar.

Encerrando a terceira mesa, "A luta por Justiça, Memória e Reparação na América Latina", tomou a palavra Lorenza Aillapan, artista e defensora dos direitos humanos da comunidade Mapuche, atuante na luta contra a exclusão social e a violência promovida pelo Estado chileno. Durante sua intervenção no encontro, compartilhou a emoção de se reunir com as mães presentes à mesa, destacando o impacto profundo das histórias de cada filho perdido e a força que emerge do encontro entre experiências marcadas pela dor e pela resistência.

Ao abordar a realidade da comunidade Mapuche, Lorenza denunciou os abusos e as diversas formas de violência sofridas por crianças e jovens em decorrência dos conflitos territoriais. Segundo seu relato, os territórios Mapuche têm submetido a juventude a um contexto permanente de violência, sendo os jovens os principais alvos das ações repressivas do Estado. Essa violência incide diretamente sobre os corpos da juventude Mapuche, resultando em mortes e na criminalização sistemática das comunidades. Apesar desse cenário, Lorenza enfatizou que mães, pais, avós e anciãos seguem resistindo, mantendo vivas a cultura, a arte, o idioma e os encontros comunitários como formas de enfrentamento à política de morte imposta pelo capital.

Ainda no contexto da realidade das comunidades Mapuche, Lorenza denunciou o desaparecimento, há mais de um ano, de uma importante defensora do território e da natureza, integrante da comunidade Mapuche. Segundo seu relato, trata-se de uma pessoa com mais de 70 anos, que defendia sua terra e ancestralidade, e que desapareceu juntamente com seu companheiro e seu cachorro. Afirmou que a comunidade conhece as origens desse desaparecimento e denunciou o uso sistemático do genocídio e do desaparecimento forçado como mecanismos de silenciamento das lideranças e das lutas territoriais.

Concluindo, destacou que, embora existam estratégias voltadas à tentativa de extermínio dos povos originários, a comunidade Mapuche continua existindo e resistindo por meio da espiritualidade, da ancestralidade e da força coletiva, ressaltando que as famílias Mapuche buscam, fundamentalmente, perpetuar sua espiritualidade, sua cultura e seu direito de existir em seus territórios ancestrais.

CAPÍTULO 4



MEMÓRIA DOS MOVIMENTOS: A PRODUÇÃO DOS ACERVOS

Durante a realização deste projeto, compreendemos que parte fundamental do trabalho realizado pelos movimentos sociais consiste em combater o apagamento histórico das vítimas da violência estatal. O Brasil historicamente carrega marcas de violência — da escravidão à ditadura militar até a brutalidade policial contemporânea — que não foram devidamente enfrentadas pelo Estado. Essa ausência de políticas efetivas de memória, verdade e justiça alimenta a perpetuação de estruturas de dominação e mantém silenciadas as narrativas das vítimas e de seus familiares.

Como nos lembra Sueli Carneiro (2011), a memória é também uma forma de reparação: *"recordar é reexistir"*. Assim, os registros de manifestações em vídeos, fotografias e depoimentos compõem um tecido vivo que protege a verdade contra as narrativas oficiais que buscam silenciar, distorcer ou criminalizar as vítimas dessa violência. A disputa pela memória é, portanto, uma disputa política.

O arquivo, como lembra Jacques Le Goff (1990), é sempre uma construção social: um espaço de poder no qual se decide o que deve ser lembrado e o que será relegado ao esquecimento. Aplicado à realidade deste projeto, criar um acervo de memória das mães e familiares é afirmar que a história das vítimas da violência policial não será apagada. O direito à memória é inseparável do direito à verdade e à justiça: a memória garante que os crimes não sejam esquecidos; a verdade rompe com as versões oficiais que criminalizam as vítimas; e a justiça exige responsabilização e não repetição.

4.1. A CONSTRUÇÃO DO ACERVO DAS MÃES E FAMILIARES DO PROJETO

A construção do acervo no âmbito deste projeto nasceu da necessidade prática de sistematizar e preservar a memória das mães e familiares, transformando lembranças individuais em patrimônio coletivo de resistência.

Desde o início, nas reuniões entre equipes, o tema foi discutido com o objetivo de orientar e reforçar a importância da preservação da memória, especialmente considerando o longo percurso de inserção dessas mulheres na luta por de justiça.

Ao longo do período de implementação do projeto, as discussões sobre o acervo foram sendo amadurecidas. A partir delas, nasceu a proposta de cons-

truir um acervo digital, focalizando inicialmente os registros fotográficos produzidos nos Encontros Nacionais realizados pelos movimentos de mães e familiares entre 2016 e 2024. Considerando as dificuldades de compreensão teórica sobre a importância da memória, surgiu nova proposta de realização de oficinas que abarcassem a metodologia de construção de um acervo.

A primeira oficina, realizada com as mães pesquisadoras sociais e referências nos estados, aconteceu em agosto de 2024 aplicada por Lorrane Rodrigues (historiadora) abordando os seguintes conceitos:

Diferenças entre Arquivo e Acervo

Foi apresentada a seguinte explicação: o arquivo é um tipo específico de acervo, composto por documentos e registros produzidos ou recebidos por uma entidade ao longo do tempo. O acervo, por outro lado, é um termo mais geral, que se refere a todo o conjunto de materiais que uma instituição possui e preserva, incluindo arquivos, obras de arte, livros, objetos, entre outros.

Acervos e sua relação com a memória

Os acervos, da mesma forma que os documentos produzidos pelos poderes públicos, compõem temas de estudos para a arquivologia e a história ao se manifestarem como elementos significativos nos processos de construção de memórias, identidades e histórias individuais e coletivas. Quem decide o que se guarda, por que e para quê?

Arquivos - enquanto espaço físico e conjunto de documentos - são lugares de autorização do passado, por isso não podem ser entendidos apenas como o lugar onde se guarda documentos.

A importância de construir um Acervo

1. **Preservação da Memória Coletiva:** Acervos são fundamentais para manter viva a memória coletiva de uma sociedade. Eles registram histórias e vivências que, de outra forma, poderiam ser esquecidas, oferecendo um olhar sobre o passado que ajuda a entender o presente.
2. **Pesquisa e Educação:** Esses registros servem como importantes recursos para os movimentos e a sociedade civil, se elas assim desejarem. Através dos acervos, é possível acessar informações valiosas que enriquecem o conhecimento sobre os temas trabalhados por elas.

3. **Identidade Cultural:** Acervos contribuem para a construção da identidade cultural de uma comunidade ou nação. Eles refletem valores, tradições e experiências que moldam a forma como um grupo se vê e se relaciona com o mundo.
5. **Apoio a Movimentos Sociais:** Em contextos de luta por direitos, acervos podem documentar e dar visibilidade a causas sociais. Eles preservam narrativas de resistência e resiliência, servindo como ferramentas de advocacy e mobilização.
6. **Acesso à Informação:** A organização e digitalização de acervos facilitam o acesso à informação, permitindo que um público mais amplo possa consultar e interagir com esses materiais. Isso democratiza o conhecimento e promove uma maior participação social.

Após a realização da primeira oficina, foi organizado um miniguia contendo todas essas explicações, que foi compartilhado com as mães de referência a fim de construir as ações posteriores, sendo encaminhado que haveria encontros coletivos para desenvolvimento do trabalho.

No primeiro encontro coletivo sobre os acervos, a pesquisadora trouxe a proposta de organizar os materiais por estado, fazendo para as mães de referência as seguintes perguntas:

1. Quais os tipos documentais que existem e se eles estão organizados?
2. Esse material é físico ou digital? Onde estão?
3. O que será colocado nesse acervo?
4. Como eles serão enviados?

Definidos os critérios, foi encaminhado que: a) – seriam enviados previamente os documentos definidos no primeiro encontro para classificação; b) – A partir dessa primeira análise seriam agendados encontros individuais com as mães de referência por estado para discutir cada material enviado e sua importância.

Para a organização dos documentos enviados, ficou decidido que o material sistematizado e catalogado no projeto teria por objetivo produção de um banco de dados composto por fotos, vídeos e outros materiais disponibilizados pelos movimentos. Nesse sentido, deveriam ser realizadas as seguintes ações:

- Realizar diagnóstico e levantamento dos itens para o acervo, sendo este o primeiro passo para entender o acervo e as suas necessidades de preservação e acesso;

- Categorizar e classificar os documentos e objetos de modo a facilitar a busca e a recuperação de itens específicos no futuro;

- Reconhecer a importância da catalogação para a localização e identificação de itens.

- Digitalizar itens físicos para sua preservação, considerando que a transformação de acervos de papel em digitais é uma maneira eficaz de protegê-los contra danos físicos e deterioração;

- Criar um sistema de arquivamento eficiente, ou seja, um sistema de arquivamento bem desenvolvido facilita o acesso e a manutenção do acervo.

A princípio foi desenvolvido em conjunto um sistema de classificação das pastas para um acervo digital – Drive Google – com as seguintes denominações, a exemplo:

- **PASTAS COM DOCUMENTOS**

Título Pasta: (Identificação do conteúdo)

Seminário Internacional - Fortalecendo o alcance e o impacto dos movimentos de direitos humanos no Brasil.

Código de Referência: (Criação de código – Exemplo)

SI (Sistema de Informação) – FAIMDHB (Sigla do Projeto)

Datas limite: (ano do conteúdo)

2024 - Em andamento

Dimensão e suporte: (quais tipos de arquivos)

Documentos iconográficos e audiovisuais

Quantidade: (número de documentos contidos na pasta)

173 Recortes de jornais: 9.553 Documentos iconográficos Fotografias: 2.581 (positivos/ 684 digitalizadas) Documentos audiovisuais Fitas K7: 595 (378 digitalizadas) Fitas VHS: 38

Nome do produtor:(quem organizou o material)

Quem está organizando esses documentos.

Local: (exemplo repositório da universidade)

Onde estão alocados esses documentos. Físico (se houver) e na nuvem.

História administrativa: (sobre o que se trata)

Resumo do evento.

- **PASTAS COM IMAGENS**

Dividir por ano – Evento. Exemplo: 2024 (Ano) FAIMDHB (Evento)

Nomenclatura das imagens – 4_Ano_autoria.

Exemplos:

FAIMDHB_2024-03-xx_Alice Vergueiro (autora)

FAIMDHB_2024-03-xx_SI

Após essas definições, foram criados grupos de comunicação para cada estado, por meio dos quais se iniciou o recolhimento de materiais enviados pelas mães de referência - matérias jornalísticas, registros fotográficos, vídeos, depoimentos em áudio e textos).

Todo o processo foi estruturado da seguinte forma: captação, análise e processamento, catalogação, curadoria e armazenamento seguro, sempre com atenção às questões de privacidade e consentimento.

Dessa forma, é importante ressaltar que as oficinas realizadas tiveram papel essencial. Como detalhado no Capítulo 2.1, a demanda pelas oficinas operacionais (Gmail, Google Drive) surgiu da necessidade direta de organizar o acervo. Dessa forma, a proposta do projeto consolidou a integração entre a capacitação técnica e formação conceitual, aprofundada em mais três oficinas específicas ministradas por Thiago Teles (CAAF/Unifesp):

Oficina 1: Foco nas ferramentas de organização digital (Google Drive) para análise dos materiais disponibilizados pelas mães de referência.

Oficina 2: Discussão sobre o desenvolvimento do trabalho e sobre a importância do acervo como forma de organizar os materiais produzidos pelos movimentos de mães.

Oficina 3: E o processo de construção do acervo como ferramenta política, jurídica e de resistência, refletindo sobre seu potencial significado: denúncia e reparação, possibilitando posterior manutenção dos acervos por estado em HD externos.

A produção do acervo consolidou-se como um dos legados mais importantes do projeto: um instrumento de incidência, denúncia, reparação e visibilidade, capaz de transforma a dor em voz e de fortalecer os movimentos sociais na luta por justiça.

Nesse sentido, reafirmamos que a violência policial, que vitima majoritariamente jovens negros, expressa um racismo estrutural enraizado na história do Brasil. Portanto, o acervo de memórias é também um resgate histórico contra o racismo, que denuncia a naturalização da violência dirigida aos corpos negros e pobres, evidenciando a cumplicidade das instituições.

CAPÍTULO 5



EM BUSCA DE RESULTADOS: MISSÃO À BRASÍLIA

Ao considerar os processos de trabalho no projeto e as discussões realizadas nas reuniões entre as equipes, destacou-se a necessidade de buscar diálogos mais efetivos no âmbito da política brasileira, e fortalecer a incidência e articulação política de mães e familiares de vítimas da violência do Estado, colocando em práticas diversas estratégias trabalhadas nas formações do projeto - a consolidação do princípio da formação à ação.

Assim, foi organizada uma ação política intitulada "Missão à Brasília por Memória, Justiça e Reparação", realizada entre os dias 18 e 20 de agosto de 2025 com, objetivo central de reivindicar políticas públicas de cuidado, reparação, memória e justiça. O grupo foi formado pelas mães pesquisadoras sociais, as pesquisadoras do CAAF/Unifesp, representantes da Conectas Direitos Humanos e a equipe da Iniciativa Negra por Uma Nova Política de Drogas[17] , também parceira dos movimentos de familiares.

A agenda privilegiou a incidência política por meio de reuniões com ministérios, órgãos do governo federal, parlamentares e organizações da sociedade civil, bem como a construção e participação na audiência pública sobre o Projeto de Lei nº 2999/2022, que visa garantir o atendimento psicossocial especializado para as mães e familiares de vítimas.

Essa iniciativa representou um momento chave de visibilidade e articulação das demandas dos movimentos de mães e familiares que acompanharam a missão. A mobilização de atores do Estado, em diferentes esferas e instituições, evidenciou a importância do diálogo entre sociedade civil e poder público na construção de políticas públicas voltadas às mães e familiares vítimas da violência de Estado.

5.1. CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO DA MISSÃO

A missão a Brasília, realizada junto aos movimentos de vítimas e familiares dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Ceará, ocorre em um contexto alarmante de altos índices de violência policial em todo o território nacional. Desde os denominados Crimes de Maio em 2006, diversas chacinas e episódios de violência policial vêm sendo reproduzidos em todos os estados do Brasil, evidenciando um cenário de impunidade e ausência de responsabilidade.

[17] Homepage - Iniciativa Negra , também parceira dos movimentos de familiares

O estado de São Paulo, por exemplo, registrou um aumento de 61% no número de mortes decorrentes de intervenções policiais em 2024, em comparação com 2023. Esse crescimento colocou São Paulo à frente até mesmo dos estados do Rio de Janeiro e da Bahia em números absolutos. Além disso, destacam-se Santos e São Vicente (SP) entre as cidades que tiveram mais de 50% das mortes provocadas por policiais, conforme aponta o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

Ainda de acordo com o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, o estado da Bahia manteve a proporção de mortes decorrentes de intervenção policial no total das mortes violentas intencionais quase a mesma em 2023 e 2024, destacando a dificuldade do estado em mudar suas opções político-institucionais de uso letal da força.

Quanto ao estado do Rio de Janeiro, ele vem sendo destacado pelo aumento expressivo de letalidade policial em 2025. De acordo com os dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o estado registrou uma alta de 6% nas mortes violentas e 34,4% nas mortes causadas por policiais, de janeiro a abril. No contexto desta escrita, é importante apontar a recente ação da polícia militar e civil no estado que vitimou cerca de 120 pessoas de várias faixas de idade, considerada a mais letal entre todas as ocorridas anteriormente pela crueldade da ação, em evidente violação dos direitos humanos[18].

Já em relação ao estado do Ceará, houve um aumento alarmante do número de mortes por intervenção policial, atingindo o maior número nos últimos 6 anos, com o aumento de 28% no ano de 2024.

Em relação ao perfil étnico-racial das vítimas, os dados demonstram que o uso letal da força pelo Estado segue um padrão seletivo e estrutural, evidenciando as dinâmicas históricas de exclusão e marginalização racial e econômica. Nas mortes decorrentes de intervenção policial, pessoas negras (pretas ou pardas) representam 82% das vítimas, enquanto as pessoas brancas somam apenas 17,6% de acordo com o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

A realidade mostra que a violência policial atinge de forma desproporcional corpos negros e pobres, escancarando o vínculo entre letalidade policial, racismo estrutural e exclusão socioeconômica.

[18] Outras informações, consultar: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/sudeste/rj/o-que-sabemos-e-o-que-falta-saber-sobre-a-acao-policial-mais-letal-do-rj/

O reconhecimento político das pautas levantadas pelas mães e familiares vítimas do Estado e a necessidade urgente de um posicionamento público do Governo federal sobre a violência de Estado que atinge majoritariamente mulheres negras, periféricas e seus familiares, que seguem lidando com a reprodução dessas violências em seus territórios, se torna ainda mais relevante diante do cenário alarmante da segurança pública no país, marcado pela continuidade de chacinas, execuções extrajudiciais e ações policiais letais.

Tais práticas, que se intensificaram desde 2006, evidenciam a perpetuação de injustiças e ausência de responsabilidade, assim como a omissão histórica do Estado brasileiro em reparar essas violências e prevenir sua repetição.

Durante três dias, a equipe das mães pesquisadoras do projeto, com apoio das pesquisadoras do CAAF/UNIFESP, da equipe de incidência e do programa de violência institucional da Conectas e da INNPD, se reuniram com integrantes de quatro Ministérios do Governo Federal (Ministérios das Mulheres, Ministério da Justiça e Segurança Pública, Ministério de Direitos Humanos e Cidadania, Ministério da Saúde) e com Presidência da República, participaram de audiência pública na Câmara dos Deputados, realizaram diálogos com parlamentares e assessorias, além de visitar as estruturas do Parlamento.

As agendas foram solicitadas previamente, com envio de ofícios aos Ministérios e suas Secretarias, bem como a parlamentares, indicando quais as pautas e temas de interesse e participantes da reunião. A preparação das agendas foi essencial para garantir que o grupo fosse recebido pelas autoridades.

A missão teve como objetivo principal estabelecer um diálogo institucional a fim de aproximar a pauta de mães e familiares de vítimas da violência estatal das ações, programas e agendas em desenvolvimento pelo Governo Federal e bem como garantir um o compromisso político com a tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 2999/2022, que trata de políticas de cuidado e reparação.

Durante as reuniões, a equipe reafirmou a urgência de institucionalizar medidas de reparação e enfrentamento às violações persistentes, especialmente frente ao agravamento da crise de segurança pública e à continuidade das chacinas e ações letais em territórios historicamente vulnerabilizados.

Diversas pautas foram discutidas com representantes do Poder Executivo, dentre elas a necessidade de implementação de políticas de câmeras corporais em uniformes policiais. Os movimentos e organizações presentes mani-

festaram-se em defesa da importância de que as gravações sejam realizadas de forma ininterrupta, garantindo maior transparência e controle social.

Outro tema de extrema importância foi a independência das perícias, especialmente em casos que envolvem agentes de segurança pública. Os coletivos destacaram a necessidade de que os exames periciais sejam realizados por profissionais imparciais e com autonomia técnica, de modo a evitar interferências institucionais. As mães-pesquisadoras participantes da reunião também citaram a relevância da formação que fizeram durante o Encontro Nacional deste projeto, onde puderam compreender mais sobre perícia e antropologia forense. Além de demandarem formalmente a implementação do Protocolo de Minnesota por órgãos periciais, defenderam a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição que trata da independência das perícias, em trâmite no parlamento.

Os coletivos também destacaram a importância do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), do Programa de Policiamento Comunitário, do Projeto Usinas da Paz e do Projeto Mirante como ferramentas estratégicas para a promoção de uma segurança pública voltada à prevenção, à promoção da cidadania e à redução da violência, especialmente nos territórios mais vulneráveis.

As agendas com o Governo Federal também apontaram a necessidade de interlocução das políticas públicas e as especificidades de atendimento demandas por familiares de vítima de estado. Foram propostas a inclusão das mães e familiares nas conferências livres do Ministério das Mulheres; inclusão da categoria “mães vítimas da violência de Estado” no levantamento de dados do IBGE, com recorte por estado e a retomada do Programa Mulheres pela Paz, com foco nas mulheres impactadas pela violência institucional.

Em todas as agendas, também foi apresentada a experiência e o andamento do Centro de Memória das Vítimas da Violência de Estado (CMVV), projeto pioneiro desenvolvido pela INNPD e Movimento Independente Mães de Maio, na Baixada Santista/SP, a partir do projeto aqui desenvolvido, de instalação de um centro de memória - a partir do acervo do Movimento - e de atendimento jurídico e psicossocial às mães e familiares de vítimas.

Durante a missão, além de demandar que a experiência seja incorporada como política pública nacional, foi apresentada demanda por um plano de expansão para os estados da Bahia, Ceará e Rio de Janeiro.

A missão foi exitosa em assegurar o compromisso de colaborar na formulação de um plano de expansão dos Centros, reconhecendo a importância de sua presença em todos os estados, bem como a articulação dos programas dos diversos ministérios aos serviços ofertados pelo Centros.

A missão contou ainda com reuniões com parlamentares direcionadas às estratégias de incidência e articulação para a aprovação do Projeto de Lei nº 2999/2022.

O projeto foi apresentado pelo Orlando Silva, atendendo demanda do Movimento Independente Mães de Maio e outros movimentos de familiares em 2022 e , buscada garantir o atendimento psicossocial especializado para as mães e familiares vítimas de violência.

Dentre os espaços ocupados, destaca-se a realização da Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, a fim de debater "Efeitos da violência de Estado sobre a sociedade brasileira", conduzida com a partição ativa dos movimentos de mães e familiares, promovendo uma discussão de interesse público a partir das experiências e saberes de quem vive na pele os efeitos da violência estatal.

Na audiência, suas vozes foram fundamentais para denunciar as violências sistemáticas do Estado e, ao mesmo tempo, propor caminhos de transformação baseados na justiça, memória, verdade e na não repetição.

O processo de incidência contribuiu para consolidar a pauta no cenário legislativo e reafirmar a centralidade do cuidado integral às famílias como parte do enfrentamento à violência de Estado.

A escuta das mães não apenas conferiu legitimidade ao processo, mas também reafirmou a importância de trazer para o centro do debate institucional as perspectivas daqueles diretamente afetados pelas ações do Estado.

CAPÍTULO 6



DIVULGANDO A VOZ DAS MÃES E FAMILIARES

A etapa final do projeto revelou a potência da diversidade de olhares e narrativas dentro de um mesmo movimento de luta. Cada grupo regional com o apoio na direção e edição de Ailton Martins (CAAF/Unifesp) e da Profa. Angela Torresan (antropóloga visual da Universidade de Manchester), produziu um curta-metragem singular, resultado de escolhas estéticas, políticas e afetivas que traduzem histórias de dor e resistência em imagens. Longe de compor um mosaico uniforme, os filmes reafirmam a pluralidade de experiências e estratégias de enfrentamento das mães-ativistas em diferentes territórios do Brasil.

O curta de São Paulo reconstrói a trajetória do Movimento Independente Mães de Maio a partir de um riquíssimo acervo de imagens e documentos reunidos ao longo de quase duas décadas. Esse material histórico, entrelaçado a testemunhos atuais e às imagens gravadas pelas próprias mães, reafirma a centralidade da memória na luta. "Há quase 20 anos, os Crimes de Maio tiraram a vida de mais de 500 pessoas em São Paulo. Dessa dor nasceu o Movimento Mães de Maio: mulheres que transformaram o luto em luta coletiva". O filme é, ao mesmo tempo, um arquivo vivo e um manifesto: denuncia a violência policial, insiste na necessidade de justiça e convoca à não repetição, pois a memória dos filhos exige verdade.

O curta do Ceará aborda o Dia da Beleza, iniciativa criada por Edna Carla, uma das Mães do Curió e coordenadora do Movimento Mães da Periferia. O vídeo mostra como um gesto de autocuidado se torna prática política. "Um dia para que mulheres que perderam seus filhos para a violência policial pudessem se olhar de novo no espelho, recuperar a autoestima e lembrar que lutar por justiça também é cuidar da saúde mental." Ao trazer as mães diante da câmera para falar de beleza, resistência e memória, o filme desloca o olhar sobre a luta, mostrando que cuidar de si também é um ato de insurgência.

O curta da Bahia alterna imagens deslumbrantes de Salvador — sua luz, sua natureza, sua arquitetura e cultura — com a narrativa de Rute Silva Santos sobre a violência policial contra vidas inocentes. O contraste entre a beleza da cidade e a brutalidade do racismo institucional expõe de forma contundente a contradição entre a promessa de um lugar vibrante e a realidade de quem nele habita. Através da voz de Rute, a cidade se torna palco e personagem, iluminando a persistência de uma violência dirigida sobretudo contra a população negra.

O curta do Rio de Janeiro estabelece uma ponte entre passado e presente, entre a história do sequestro e escravização de africanos e a violência letal que ainda atinge jovens negros das periferias. Narrado pela mãe de refe-

rência e historiadora Nívia Raposo, o filme costura vozes e testemunhos de várias mães, criando uma polifonia de dor e denúncia. A narrativa conecta a memória da escravidão com o número incontável de vidas ceifadas hoje pelo Estado, reafirmando que a violência contemporânea tem raízes profundas no racismo histórico.

Cada filme foi lançado gradativamente nas mídias sociais de cada movimento, em especial no Instagram, como forma de garantir que circulem primeiro nos territórios de luta e alcancem diretamente as redes já formadas pelas mães. Essa estratégia de difusão privilegia o pertencimento e reforça o caráter coletivo da produção: antes de serem exibidos em espaços institucionais ou festivais, os filmes se inscrevem no cotidiano das próprias comunidades que lhes dão origem.

Tomados em conjunto, os quatro filmes não apenas denunciam, mas também reinventam formas de narrar a dor. Eles transformam sofrimento em linguagem, memória em visibilidade, e experiência em argumento político. Cada um, a seu modo, reinscreve as mães na história e as projeta para o futuro, reafirmando que lutar por justiça é também produzir imagens capazes de confrontar o esquecimento.

6.1. IMPACTO E REPERCUSSÃO NAS REDES SOCIAIS

A difusão dos curtas-metragens nas plataformas digitais gerou um impacto significativo, alcançando um público amplo e reforçando a estratégia de comunicação ativista do projeto. Estimativas apontam que, em conjunto, os quatro vídeos regionais reuniram organicamente cerca de 19 mil visualizações. A visibilidade alcançada reforça a tese de que a produção de narrativas próprias é uma ferramenta essencial para romper o silêncio e mobilizar a opinião pública, transformando o luto em uma causa coletiva.

O alcance do vídeo do Movimento Mães de Maio (São Paulo), por exemplo, exemplifica o nível de engajamento do público com a temática. O curta registrou 8.353 visualizações e gerou 479 interações (entre curtidas, comentários e compartilhamentos), indicando que o conteúdo ressoou profundamente no imaginário social. Os comentários demonstram uma imediata identificação e apoio à causa, como no relato de uma internauta: *"Minha enorme admiração por essas mães que não se calaram diante desse genocídio. Ainda teremos justiça, porque nossos mortos têm mães e nossos mortos têm voz! Salve a força das mães de maio, salve a força da querida Débora!"*.

Todavia, a repercussão dos vídeos nas mídias sociais não se limitou aos números, mas se concentrou na reafirmação da luta e da dignidade das vítimas. Comentários recebidos de como *"Resistência sempre, admiração total por todas vocês, exemplo de força e resiliência"* e *"Todo meu respeito e admiração pela luta dessas mulheres e familiares"* evidenciam que os filmes cumpriram o objetivo de humanizar as vítimas e suas famílias, superando a narrativa hegemônica que busca a criminalização. O espaço digital se tornou um fórum onde a revolta da população contra o poder público se manifesta, especialmente diante de crimes que permanecem impunes, confirmando a importância do ativismo digital para a visibilidade de narrativas marginalizadas.

Os vídeos também tiveram um impacto crucial no fortalecimento das redes regionais. O curta da Bahia, por exemplo, gerou comentários que confirmam a percepção de violência estrutural local: *"A Bahia tem um nível de agressão contra o povo negro, pelos próprios policiais negros de tal forma que assusta"*. Além disso, o engajamento demonstrou o poder da memória e do afeto no movimento, como citado no relato de outra internauta: "*Davi permanece vivo na memória e no coração de cada uma de nós, receba meu abraço Rute*". Essa troca reforça a centralidade da memória viva na luta dos coletivos, onde o ato de narrar e ser visto transforma a dor individual em um vínculo de solidariedade e de resistência coletiva.

CAPÍTULO 7



EXPERIÊNCIAS VIVIDAS, COM A PALAVRA: AS MÃES DE REFERÊNCIA

POR **DÉBORA SILVA**
MOVIMENTO INDEPENDENTE MÃES DE MAIO/BS-SP

O nosso projeto "Fortalecendo o alcance e o impacto dos movimentos de Direitos Humanos no Brasil" financiado pelo UNDEF traz para nós uma visão especial sobre o fortalecimento dos movimentos de mães. Para além das mães de referência, trata-se do engajamento das mães, principalmente das outras mães que acompanham os grupos nos estados, tanto na Bahia, como do Ceará, no Rio de Janeiro e São Paulo. Compreender a necessidade de potencializar um projeto desse tipo da parte de um financiador como UNDEF, traz a possibilidade dessas mulheres se fortalecerem cada dia mais, bem como identificar profissionais de várias áreas do conhecimento interagindo com as mães, proporcionando uma linha de raciocínio para as ações delas e possibilitando tomar frente de várias deliberações.

Os encontros presenciais fortaleceram demais os movimentos de mães, dando oportunidade de todas estarem em diálogo e comum acordo em suas deliberações: o que fazer, como fazer, como avançar e como defender os direitos humanos. Isso para nós é muito importante, porque a gente vem ao longo desses anos, são quase 20 anos, vendo o Movimento Independente Mães de Maio, servir como inspiração para essas outras mães, pois é preciso estar atenta às violações de direitos humanos praticadas pelo Estado, mesmo que estejamos protegidos pela nossa Constituição, é muito importante que essas mães sejam tomadoras de decisões.

Sobre a parte do audiovisual, a antropologia visual fez com que cada uma delas trouxesse um resultado positivo, tanto na fotografia como nas filmagens em vídeo. O olhar sobre uma ação específica para produzir um material audiovisual foi nossa maior experiência nesse projeto, foi uma das maiores experiências para nós, porque até então a gente não tinha noção de técnica, de como fazer com qualidade, a gente sempre dependeu de outras pessoas para fazer por nós.

A nossa produção do vídeo em São Paulo vem como resgate da memória, a memória preservada dos quase 20 anos de luta por justiça. Essa memória precisa ser mostrada e cada Estado escolheu o que mostrar a partir das realidades presente em seus territórios, de livre e espontânea vontade, com autonomia. Então, ao meu ver o profissionalismo e a potência de cada uma dessas mães de referência trouxeram um resultado concreto, porque a gente nunca imaginava que cada uma de nós tivesse essa capacidade de atuar como uma profissional e o projeto fortaleceu demais o avanço dessas mulheres na luta pelos direitos humanos.

POR **EDNA CAVALCANTE**
MOVIMENTO DE MÃES DA PERIFERIA/CE

Meu nome é Edna Carla, sou mãe do adolescente Álef Souza Cavalcante morto na Chacina do Curió em Fortaleza/Ceará. A Chacina aconteceu entre os dias 11 e 12 de novembro de 2015. A partir disso me vi inserida na luta por justiça pelo meu filho e contribuí na mobilização de outras mães ajudando a fundação do Movimento de Mães do Curió.

Em 2020, compreendendo as diversas violações sofridas pelas mulheres que seguia conhecendo e me aproximando, fundei o Movimento de Mães da Periferia de Vítimas por Violência Policial do Ceará, pois a polícia não parou de matar um só dia, um só mês, um só ano desde que me engajei nessa luta e como de costume as mães periféricas enterram seus filhos com muita frequência, além de apresentarem outras particularidades.

Pensando justamente nessas particularidades, em 2021 criei o Dia da Beleza com o objetivo de proporcionar autoestima para as mulheres/mães que acompanham o Movimento de Mães da Periferia observando que percorrer esse caminho de luta, de dor e de muito sofrimento essas mulheres precisavam de algo que permitisse superar um pouco da tristeza pela ausência de seus filhos e filhas. Desde então, uma vez ao ano organizo esse dia com muito carinho e determinação.

Nesse contexto, é importante ressaltar que por conta dessa caminhada, chegou até mim a oportunidade de participar de um projeto como mãe pesquisadora social representando o Movimento de Mães da Periferia do Estado do Ceará, trazendo maiores possibilidades de dar voz e nomes às vítimas e às mães da periferia que perderam suas vidas, considerando que muitas delas ficaram no anonimato.

Fazer parte desse projeto foi de grande importância porque apresentou uma oportunidade para que essas mães viessem de alguma forma expandir e dar visibilidade à história dos seus filhos e fazer o mundo ouvir suas dores, lamentos e tristezas.

Construímos nosso vídeo justamente retratando o Dia da Beleza, momento em que todas nós vivenciamos um dia voltado para a manutenção de nossa saúde mental, com afeto e acolhimento de fato. Todas as mães adoram e esse projeto financiado pelo UNDEF foi tão engrandecedor, tão forte, proporcionando um aprendizado sem igual.

Precisamos de mais projetos como este porque foi muito bom para todas as mães que acompanham os movimentos e para as mães de referência dos outros estados, porque proporcionou a possibilidade de dar maior visibilidades às suas histórias, além da oportunidade de aprendizado. Adquirindo esse conhecimento que é muito importante para cada uma de nós mães, foi possível aprimorar estratégias de ação, compartilhando elas mesmas as suas histórias em divulgações nas redes sociais, denunciando as várias violações sofridas, mas também utilizando esse aprendizado para engajamento em seus trabalhos e sobrevivência.

Agradeço em nome de Movimento de Mães da Periferia do Estado do Ceará todo o conhecimento que esse projeto proporcionou nesses dois anos de muito aprendizado e a todas as pessoas envolvidas na construção desse projeto pois foi de extrema importância participarmos do workshop, aprender como filmar, e fotografar com qualidade.

É preciso ressaltar a potência dos encontros presenciais e os virtuais sempre muito acolhedor para todas, pois as mães tiveram oportunidade para contar suas histórias. Toda mãe, por mais que sofram, quando relata sobre a morte dos seus filhos, é como se um fio de esperança se acendesse para que enfim aconteça a justiça tão esperada por elas. Entendem que a divulgação das suas histórias repetidas vezes pode sensibilizar a sociedade para que um dia, talvez, essa polícia que tanto mata dentro das nossas periferias, possam parar de matar. Por mais difícil que isso pareça é uma forma de seguir em frente e nunca desistir.

Então, para nós todo aprendizado e conhecimento adquirido foi muito importante para o fortalecimento dos movimentos de mães que lutam incansavelmente por justiça e reparação em todos os estados brasileiros.

POR **NÍVIA RAPOSO**

MOVIMENTO DE MÃES E FAMILIARES DE VÍTIMAS DA VIOLÊNCIA LETAL DO ESTADO E DESAPARECIDOS FORÇADOS/RJ

Este projeto foi construído a partir de demandas apresentadas por mães que perderam filhos pela violência estatal. A proposta de como realizar – objetivos, metodologias e ações – foi construída por meio do diálogo entre os movimentos, a universidade e a organização da sociedade civil. Essa forma de realizar um projeto é inovadora já que, normalmente, os projetos chegam prontos, com uma visão e transcrição de pensamentos hierarquizados, de cima para baixo, não considerando as perspectivas dos movimentos de mães e familiares.

Foi um processo de junção de conhecimento acadêmico às vivências dessas famílias enlutadas. Esses saberes orgânicos (o mundo do ser) aliados aos saberes sintéticos (o mundo do ter) segundo o quilombola Negô Bispo, desenvolvem proposições epistemológicas. Nesse sentido, algumas dessas pessoas trazem consigo práticas contra colonizadoras, pois adquirem uma resistência típica de povos afro-"pindorâmicos". Essa cosmovisão pluralista se dá porque a maioria desses indivíduos tem uma relação indissociável entre discurso e prática.

Entendendo que esse é um projeto continuado, pois a formação continuada é essencial para garantir uma qualidade, nos provoca a nos manter atualizadas à medida que chegam novas metodologias e tecnologias que podem ajudar na instrumentalização e salvaguarda de nossas memórias. Esse projeto não somente contribuiu na organização e formação operacional para criação de nossos acervos, visando o fortalecimento dos movimentos de mães diante das demandas por justiça, mas colaborou com a perspectiva de resguardo de nossas memórias, e ao mesmo tempo fazendo com que algumas dessas famílias se tornem ativistas, transformando-se em guardiões dessas memórias.

As trocas coletivas nos impulsionaram ao resgate das experiências de movimentos do passado, que lutaram incansavelmente, nos fazendo utilizar esse conhecimento nos atos e atividades do presente. Em tempos imemoriais, de um passado bem recente, as narrativas eram escritas por pessoas brancas abastadas. Essas visões foram internalizadas e reproduzidas como verdade absoluta. Talvez por isso, seja importante aprendermos sobre os perigos da

história única. Quando ampliamos esse debate em nossos diálogos, percebemos que podemos fazer uso de outras fontes para corroborar e sustentar a história oral contada por mães tão aguerridas.

Uma das fontes que sustentam essa narrativa é a comunidade pois, nossa comunidade, ajuda no processo de criação dos entes queridos. E ela valida nosso diálogo com quem está fora dessa bolha. Entende-se que por muito tempo fomos condicionados a posição de "sujeito desautorizado" e ao nos desconstruirmos, percebemo-nos como intercessores dos nossos pensamentos.

Dialogando com a intelectual contemporânea Conceição Evaristo, no seu entendimento sobre a "escrevivência", interpreta-se que não estamos distanciados para escrever sobre nossas experiências vividas. Analisamos o mundo de onde nos posicionaram, e esse lugar social nos dá uma pequena vantagem para quem nos enxerga somente como objeto de estudo, não nos enxergando como potenciais pesquisadoras sociais.

Com isso, podemos refletir sobre os inúmeros epistemicídios trazendo à luz todas as subjetividades que emergem das resistências. Ao construir essas formas de resistência, o objetivo é impactar positivamente os movimentos sociais — especialmente quando suas ações conseguem gerar propostas e efetivar políticas públicas que atendam às demandas dos movimentos de mães e familiares.

Ao considerar essas subjetividades, reconhecemos que toda forma de expressão do povo empobrecido diante de suas indignações — seja por meio de pichações, desenhos, falas de rebeldia contra o sistema ou ações diretas contra o Estado — carrega potência política. Você percebe que essas manifestações podem se tornar ferramentas socioculturais profundamente democráticas, simbólicas e inclusivas, dentro de uma comunidade imaginada que sempre resistiu. Essa comunidade, da qual fazemos parte, apreende quase que imediatamente a mensagem do outro eu, pois reconhece no reflexo do outro a própria dor e luta.

Essa inovação epistemológica que se propõe está centralizada nas reações dos violados — nas nossas reações — e é a partir delas que se constrói novos saberes, práticas e caminhos de resistência. Assim, posteriormente, podemos interpretar toda essa narrativa como revisionismo histórico, considerando que algumas informações foram ganhando novos entendimentos.

Importante citar aqui, entre tantos pensadores que colaboraram para a validação dessas reflexões, a ativista intelectual e feminista Lélia Gonzalez ao perceber que as mulheres negras e indígenas ficaram de fora dos escritos sobre a "formação do Brasil". Coube a essa grande pensadora resgatar as metodologias de resistência dessas mulheres tão aguerridas e transcrever sobre seus protagonismos históricos.

Em termos discursivos, Gonzalez se debruçou em leituras do psiquiatra e filósofo Frantz Fanon que acreditava numa luta anticolonial, pois percebia através de suas análises, as alienações raciais, pós-trauma colonial. Reinventando uma maneira libertária de pensamentos colonizadores, Lélia González percebeu que precisávamos ter esses pensamentos desconstruídos, pois a estrutura capitalista, racista, classista e patriarcal se retroalimenta da ideia de uma falsa superioridade do colonizador.

Sobre essas permanências de ideias pós-colonização, o sociólogo peruano Aníbal Quijano conceituou como colonialidade e Lélia González problematizou o quanto a colonialidade do poder subalternizavam pensadoras latino-americanas, deslocando-as para um lugar de invisibilidade. Diante disso, ao navegarmos no pensamento de Lélia Gonzalez aprende-se que as perspectivas de movimentos sociais também têm grande relevância.

Retornando às ações desse projeto, importante dizer que as reuniões coletivas on-line também serviram de aprendizado, os planejamentos dos encontros regionais adquiriram uma intencionalidade política, para além de fortalecer os movimentos, ao mesmo tempo que fazíamos formação. Durante cada construção dos encontros regionais havia uma apresentação do que seria construído no encontro, entendendo que cada atividade deveria ser pensada com o propósito de suscitar reflexões.

Sempre munidas de compromisso em sistematizar as filmagens e gravações que fizemos durante o processo de aprendizado em audiovisual, nas oficinas foi solicitado que se produzisse um pequeno roteiro para a produção de um micro documentário em cada estado participante e assim nos empenhamos para captar o máximo de filmagens e fotos para esse documentário, na certeza de que a edição seria um trabalho árduo.

Enquanto isso permaneciam as trocas, as conversas, os ensaios para a elaboração do relatório final, destacando os impactos positivos proporcionados no projeto, sendo essa uma forma de mensurar como as ações promovidas afetavam os movimentos de mães. Diante dessa materialidade proposta no pro-

jeto, foi possível visualizar como as trocas de informações são importantes, pois ao mesclar as falas durante os encontros regionais com outras atividades que envolveram mães e familiares, geraram aprendizados permanentes.

Nesses encontros, entendeu-se sobre jurisprudência, um conceito dentro da advocacia, que grosso modo, trata de um conjunto de decisões e interpretações de leis feita pelos tribunais que podem abrir precedentes para outros casos em condições semelhantes. Essas decisões dos tribunais são acompanhadas pelas famílias, por pesquisadores sobre o tema e por representantes de instituições de defesa dos direitos humanos que buscam atentamente contribuir com orientações sobre os casos.

Em um outro encontro foi trabalhado o autocuidado, focalizando na importância de resgatar um pouco da autoestima de mães e familiares que perdem seu brilho quando são empurradas ao luto. Também se aprendeu sobre a importância de aplicar o Protocolo de Minnesota e como podemos inserir as orientações do seu conteúdo em nossa luta. Além disso, houve encontro que abordou um problema que afeta o fortalecimento das mães, que é a diversidade de religiões, incentivando a pautar o diálogo e o respeito em torno de qualquer assunto, sem disputas ou controvérsias, sobretudo, quando existe críticas sobre a atuação do Estado, observando sob a perspectiva do racismo sistêmico.

Para nós, mães e familiares, nunca falaram sobre uma política de reparação ou de uma justiça de transição desde o período de colonização, ou seja, nossos ancestrais passaram pelos períodos da colônia, império e república com poucas possibilidades de sair de um sistema rígido de estratificação. No entanto, as resistências sempre estiveram presentes em todos os períodos de formação do Brasil, mas essas resistências foram chamadas de “revoltas” em permanente criminalização das lutas legítimas.

Desde então, quem estava no poder não entendia que essa resposta, era a forma como a população empobrecida reagia às agressões injustas impostas desde o processo colonial e ao longo do tempo deixou evidências de que a estrutura sempre foi pensada para que o povo não tivesse direito a legítima defesa.

Por fim, a meu ver torna-se imprescindível fomentar projetos que possam potencializar ações de fortalecimento dos movimentos sociais e um estudo mais aprofundado sobre os conceitos que são atribuídos ao povo “racializado” e empobrecido, porém, aguerrido e com forte histórico de lutas, sobretudo, conceitos que possam qualificar nossos embates, nossos levantes, nossas revoluções.



ENCONTRO REGIONAL RJ



MISSÃO À BRASÍLIA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um mundo marcado por desigualdades históricas e por estruturas de poder excludentes, a resistência assume múltiplas formas, todas profundamente enraizadas na luta por dignidade, reconhecimento e justiça.

Ao dialogarmos com o conceito de resistência apresentado por Gohn (2022), é possível compreender que as ações implementadas ao longo deste projeto potencializaram uma resistência simbólica, que emerge quando grupos marginalizados afirmam suas identidades, culturas e modos de vida frente às tentativas de homogeneização impostas pelo mercado ou pelo Estado. Essa resistência manifesta-se no uso da língua ancestral, na preservação de rituais, na arte de rua, na música periférica e nas narrativas contra-hegemônicas, práticas que constroem espaços de existência e pertencimento e que, a cada gesto, configuram um ato de insurgência contra o apagamento.

Outra forma de resistência destacada pela autora é a resistência territorial, que se materializa na defesa concreta dos espaços de vida nas quais comunidades - indígenas, quilombolas e ribeirinhas ou periféricas - protagonizam lutas históricas pela preservação de seus territórios. Esses espaços não são apenas porções de terra, mas locais sagrados, fontes de sustento e expressões de modos de existência profundamente conectados à natureza. Assim, defender o território é significa defender a vida, a memória e o futuro coletivo.

No caso dos movimentos de mães e familiares de vítimas da violência de Estado, além da resistência simbólica e territorial, emerge de forma contundente a resistência política, expressa nas ruas, nas assembleias populares, nas ocupações, nas audiências públicas e nas múltiplas redes de articulação que pressionam por direitos e políticas públicas. É nessa mobilização organizada que essas mulheres/mães transformam sua dor e indignação em ação, denunciam injustiças e propõem alternativas. É no grito coletivo que essas mulheres exigem escuta, se fazem presentes e buscam transformação.

Nesse campo de resistência política, essas mulheres/mães transformam o luto em luta, erguem suas vozes contra o silenciamento institucional e exigem justiça, memória e reparação. Suas caminhadas, atos públicos, cartas e denúncias são expressões potentes de resistência que desafiam a lógica da impunidade e reivindicam políticas públicas que reconheçam suas dores e garantam não apenas justiça, mas também a não repetição.

Fortalecer essa luta exige ações concretas e contínuas. A formação jurídica oferece ferramentas para que essas mulheres compreendam e enfrentem os mecanismos legais que muitas vezes operam contra elas. A antropologia visual permite que elas narrem suas histórias por meio de imagens, vídeos e registros que rompem o silêncio e sensibilizam a sociedade. A formação em advocacy amplia sua capacidade de incidir politicamente, articulando estratégias para pressionar instituições e influenciar políticas públicas. O enfrentamento às limitações tecnológicas — como o acesso precário à internet ou à informação digital — é fundamental para garantir que suas vozes circulem e alcancem espaços de decisão.

Além disso, a preservação da memória histórica, por meio de arquivos, exposições, publicações e narrativas orais, assegura que suas histórias não sejam esquecidas, mas reconhecidas como parte essencial da dinâmica e estrutura da sociedade brasileira. Essas formas de resistência — simbólica, territorial e política — não são isoladas: elas se entrelaçam, fortalecem-se mutuamente e revelam a potência criativa e combativa de mulheres que, mesmo diante da opressão, seguem reinventando formas de existir, resistir e transformar o mundo.

Diante das múltiplas formas de opressão que atravessam corpos, territórios e histórias, é urgente reconhecer que a resistência não é apenas reação, mas criação: é afirmação de uma vida que transforma dor em mobilização e articulação coletiva. Todas essas expressões revelam a potência daqueles que se recusam a ser silenciados e esquecidos.

As ações desenvolvidas ao longo deste projeto contribuíram para ampliar a capacidade de incidência política dos movimentos envolvidos, fortalecer suas narrativas e garantir que suas vozes sejam reconhecidas como parte fundamental da construção de políticas públicas para garantia de direitos e de reparação social.

A articulação entre resistência simbólica, territorial e política convoca essas mulheres/mães a protagonizar uma outra forma de resistência – a afetiva, revelando a potência transformadora dessas iniciativas e apontando caminhos para a continuidade desse trabalho, fundado na luta, de acolhimento, de formação e de busca por memória, verdade e justiça. A luta das mães e familiares de vítimas da violência de Estado ocupa um lugar central. Elas transformam o luto em luta, a dor em denúncia, e a memória em ação. Fortalecer essa resistência exige mais do que solidariedade: exige compromisso com ações concretas. Essas resistências, entrelaçadas e vivas, nos

convocam a imaginar e construir um mundo onde a justiça não seja exceção, mas regra; onde a memória não seja negada, mas celebrada; e onde a vida, em todas as suas formas, seja respeitada e protegida. Que essas considerações finais não sejam um ponto de encerramento, mas um chamado à continuidade — porque resistir é também reexistir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. et.al. Vozes da dor, da luta e da resistência das mulheres/mães de vítimas da violência de estado no Brasil. São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2024.

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino. (Org.). Educação Popular na perspectiva freiriana. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.

GOHN, Maria da Glória. Ativismo no Brasil: Movimentos Sociais, Coletivos e Organizações Sociais Civis – como impactam e por que importam. Petrópolis: Vozes, 2022.

GOHN, Maria da Glória. Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos. 14ª ed. São Paulo: Loyola, 2017 [1997].

MACDOUGALL, David. The Corporeal Image: Film, Ethnography, and the Senses. Princeton: Princeton University Press, 2006.

MBEMBE, Achile. Necropolítica. Public Culture, 2003. O literafro transcreve a seguir a epígrafe do artigo "Racismo e sexismo na cultura brasileira" (1983), apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho “Temas e Problemas da População Negra no Brasil”, IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 29 a 31 de outubro de 1980. Nele, Lélia Gonzalez (1983) ironiza a condição de meros “objetos de pesquisa” imposta aos sujeitos negros por pesquisadores brancos.

FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. (1961)

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 15 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. São Paulo: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Tradução: Bernardo Leitão et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1990.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da memória. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 3, p. 863-868, set./dez. 2011.



WORKSHOP



